



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

Ata da 83ª reunião ordinária, realizada em 28 de janeiro de 2022

Em 28 de janeiro de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) em Belo Horizonte. Participaram o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da Semad e os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público: Veronica Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Renata Muinhos Pereira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Joana Moraes Rebelo Horta L., da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da Sociedade Civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José Ângelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Pedro Tavares Lima, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 83ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, após constatado o quórum regimental pela Secretaria Executiva, ressaltou o início da primeira reunião do ano e pediu que Deus abençoasse as ações e decisões no decorrer do ano. Na sequência exibiu 2 vídeos institucionais. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: passou a palavra ao conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME): “Primeiramente, eu queria parabenizar o IEF, nova visão muito importante, muito segura e principalmente a forma competente das atividades da mulher no IEF. A presença da mulher é muito importante. Então, esse é o primeiro ponto que eu queria falar. O segundo assunto presidente, colegas conselheiros, meu bom dia. Eu queria tocar no assunto, que é bastante importante e foi bastante importante e nos deixa

38 com uma preocupação muito grande. A chamada pluviometria
39 elevadíssima e suas consequências nas atividades minerárias. Eu refiro-
40 me aos eventos pluviométricos que ocorreram na primeira semana do ano
41 de 2022 e que resultaram em inúmeros acidentes de inundações e de
42 movimento de massas na região central do estado de Minas Gerais,
43 incluindo diversas áreas minerárias. Inclusive até com paralisação de
44 atividades minerárias em diversos pontos. Desde o início do ano
45 hidrológico 2021-2022, tem-se verificado uma temporada extremamente
46 chuvosa na região Central de Minas Gerais. A partir do mês de setembro
47 de 2021 até meados de janeiro 2022, a precipitação acumulada na área
48 central do quadrilátero ferrífero já alcançava cerca de 1.600 mm, o
49 equivalente à média total anual. No início do mês de janeiro de 2022, os
50 eventos de altas concentrações volumétricas de precipitação
51 intensificaram-se, causando inundações ao longo dos principais rios e
52 colapsos de diversas estruturas hidráulicas, tais como pontes, bueiros,
53 estradas com reflexo na segurança geotécnica de aterros e cortes. Os
54 movimentos de massa foram generalizados com deslizamento de
55 encostas, greides de rodovias, inclusive com vítimas fatais, em alguns
56 casos. Normalmente, considera-se que os eventos de grande intensidade
57 e de curta duração são determinantes para o dimensionamento e
58 avaliação de desempenho dos sistemas de drenagem, enquanto
59 elevadas alturas de chuvas acumuladas em maiores intervalos de tempo,
60 superiores a um dia, normalmente são causadores das cheias dos
61 grandes rios e dos eventos de movimentos de massa. Eu tive
62 oportunidade de verificar ao vivo, não só a situação do Rio das Velhas
63 como, principalmente, no Rio Paraopeba. Constata-se que os eventos de
64 chuva no período foram bastante excepcionais, predominando
65 frequências na faixa de 200 a 500 anos, de período de retorno. Mas,
66 atingido a 1.000 anos para os eventos de 3 a 5 dias de duração. Eu tive
67 a oportunidade, meus colegas, de estar com uma das figuras mais
68 importantes da hidrologia de Minas Gerais, nosso professor, doutor Mário
69 Cicarelli, e pude com ele visitar alguns pontos que realmente foram um
70 desastre. A conclusão que a gente tira é que mais uma vez, deveríamos
71 nos preocupar com as alterações climáticas da terra. E olhar para o futuro
72 eu deixo aqui essa minha recomendação e para a reflexão de todos. Muito
73 obrigado.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: passou a palavra
74 ao conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Bom dia a todos! Em
75 primeiro lugar eu gostaria de registrar o nosso repúdio ao Decreto
76 presidencial que permite a destruição de cavernas de máxima relevância.
77 É um crime contra a humanidade! Esse Decreto é resultado de pressões
78 diversas, facilitará o licenciamento de grandes empreendimentos de
79 mineração, dentre outros, com impacto em cavernas de relevância
80 máxima. Não podemos aceitar passivamente esse Decreto! Então

sugerimos à CMI a votação de uma Moção registrando nosso posicionamento contrário este decreto. Outro ponto que eu gostaria de colocar, é que gostaríamos de saber como está a solicitação, **que** efetuei na ocasião, 82ª reunião da CMI, para que fosse efetuada a convocação ou convite a Feam, para vir à próxima reunião, explicar como é feita a gestão da qualidade do ar em regiões como a Serra Azul, onde existem vários empreendimentos impactando na qualidade do ar nas comunidades. Muito obrigado.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “José Ângelo, em relação à solicitação que o Senhor fez, informo que foi repassado ao presidente da Feam, provavelmente traremos na próxima reunião essa apresentação, mas em virtude do sistema de pandemia, muitos servidores mobilizados por causa da greve, salvo engano, ela foi suspensa a partir de segunda-feira, por uma decisão judicial. Então, provavelmente, na próxima reunião teremos a apresentação.”. Na sequência o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao conselheiro Valter Vilela Cunha (Abes-MG): “Senhor presidente e senhores conselheiros, bom dia! Em 14/01/2021, foi pautado processo da Vallourec Mineração Ltda., referente a “Pilhas de rejeito/estéril em Nova Lima, o processo era referente ao exame da LP, concomitante com a LI e a LO. Trata-se de **empreendimento** minerário, da ampliação da pilha de Co-disposição de estéréis e rejeitos Cachoeirinha. Visava a continuidade da disposição de estéréis e rejeitos proveniente da exploração de minério de ferro da Mina Pau Branco. Em 8 de janeiro de 2022, menos de um ano após da aprovação, a pilha deslizou e provocou o transbordamento do dique Lisa, que tem 12m de altura e 175m de comprimento. Este dique foi construído para a contenção de águas pluviais. Esse **transbordamento** atingiu a BR 040, que ficou interditada por mais de 2 dias. Na citada reunião da CMI, o processo foi aprovado por 11 votos favoráveis e uma abstenção. Não estou de modo algum questionando a aprovação, já que pelos estudos e documentos apresentados, eu votei favoravelmente. No entanto, após o acidente, as redes sociais questionaram muito a CMI e essa aprovação. E portanto, visando conhecemos melhor o que provocou o deslizamento da pilha, que foi aprovada pela Câmara, creio que seria importante que a CMI chamasse a Vallourec aqui para explicar as causas do deslizamento. Senhor presidente, gostaria que essa solicitação fosse analisada pela presidência da CMI. Obrigado.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: Ok conselheiro, vamos encaminhar o convite à Vallourec e sendo possível a gente coloca esse ponto na próxima pauta e se não for possível na próxima reunião, em alguma outra para oportunizar a empresa a dar as explicações solicitadas pelo senhor. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão dá boas vindas ao conselheiro, deseja que Deus abençoe a sua participação, se coloca à disposição, assim como o Doutor

124 Frederico, assessor regimental, para dirimir alguma dúvida que surja e
125 passa a palavra ao conselheiro Pedro Tavares Lima (ProMutuca):
126 “Exatamente! Tudo bem? Bom dia! Agradeço as boas-vindas. Como já
127 foi dito, meu nome é Pedro Lima e atualmente eu sou o presidente da
128 ProMutuca. Na nossa gestão procuramos defender o desenvolvimento
129 sustentável sem radicalismos, construindo na base do diálogo e de
130 parcerias, melhorias para as políticas ambientais, sociedade civil e nosso
131 ecossistema como um todo. Nas nossas decisões procuramos sempre
132 ter um embasamento técnico e científico e valorizamos as propostas com
133 preocupações ecológicas. Visando esta política que convidamos o Tobias
134 que hoje não pode estar presente, para nos representar. Gostaria de
135 aproveitar este espaço para agradecer o trabalho dele, muitas vezes
136 estressante e árduo e muitas vezes criticado. Esperamos, que como nós
137 vocês também estejam satisfeitos com a atuação dele nesta Câmara. A
138 ProMutuca está aqui para construir um mundo melhor e entendemos que
139 para este mundo, apesar de criticada e as vezes repudiada a extração
140 mineral é de extrema importância. Isso não quer dizer que iremos relaxar
141 em nosso julgamento muito pelo contrário seremos extremamente
142 rigorosos ao apontar possíveis falhas nos processos afim de com isso
143 tentar evitar acidentes e danos ambientais e para sociedade. Obrigado.”.
144 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós que agradecendo as
145 palavras do conselheiro.”. Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira
146 (Codemig): “É bom dia a todos! Eu gostaria apenas, dando continuidade
147 ao assunto levantado pelo Doutor Carlos Eduardo Orsini, de destacar uma
148 grande preocupação que nós tivemos, no início do ano, com todas as
149 barragens, com vários alertas, várias mensagens falando que barragens
150 poderiam se romper. Houve pessoas, **pedindo as pessoas para**
151 **evacuarem suas casas** em decorrência da possibilidade de barragem
152 romper. Então, eu fiquei me perguntando se todos os trabalhos da
153 Supram, que são sempre muito bem feitos dentro da legislação, dentro da
154 melhor técnica disponível, se elas levam em consideração a parte anterior
155 da barragem. Porque quando houve todos aqueles transbordamentos, a
156 barragem é feita para suportar a água, para evitar o evitar que a umidade
157 **provoque colapso** na parte e que está em contato com a água. E na parte
158 posterior, na frente, geralmente é plantada grama. Então, assim eu fiquei
159 me perguntando, essas barragens são feitas para suportar a passagem
160 de uma quantidade tão grande de água encima da parte posterior? Então,
161 tecnicamente, eu gostaria que a Supram nos dissesse quais são os
162 critérios utilizados. E se em todas as barragens que em que houve
163 transbordamento, são feitos testes. Eu sempre acompanho pareceres,
164 mas não me lembro de nenhum transbordamento de barragem tão grande
165 como o que ocorreu no começo do ano! Então, foi uma preocupação
166 minha que eu gostaria de compartilhar com vocês e verifica se

167 tecnicamente, alguém pode dar uma explicação sobre esses pontos.”.
168 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok conselheiro, no momento
169 em que for discutido sobre esse assunto, eu solicito à Superintendência
170 que esclareça os pontos. ” Na sequência o Presidente Yuri Rafael de
171 Oliveira Trovão passa a palavra à conselheira Denise Bernardes Couto
172 (Sindiextra): “Presidente, eu gostaria de manifestar a importância do que
173 o conselheiro Paulo Eugênio falou. É interessante que a equipe técnica
174 venha fazer esclarecimentos, uma vez que realmente o índice
175 pluviométrico nesse ano foi realmente alto. Que as chuvas foram de uma
176 intensidade enorme, mas é só para só para lembrar, até pela
177 manifestação do Valter Vilela, com todo o respeito, nós não podemos falar
178 em ‘rompimento’ de pilha ou de barragem que foi no caso da Vallourec,
179 que vamos lembrar que foi o ‘transbordamento’ do dique. Não houve
180 qualquer rompimento de barragem na região. Somente para relembrar
181 isso. Obrigada.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a
182 palavra ao conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti (Fiemg): “Presidente,
183 eu queria é mencionar um pouco a respeito de do Decreto de Cavidades,
184 sobre o qual o conselheiro José Ângelo Paganini se referiu. Eu gostaria
185 de manifestar que eu sou contrário a Moção de repúdio contra o Decreto
186 de cavidades e colocar as razões da posição contrária da Fiemg. Nós
187 somos, presidente, uma Câmara técnica, então a gente parte do
188 pressuposto que é possível discutirmos tecnicamente esse decreto,
189 diferentemente do que vem sendo vinculado em algumas matérias
190 veiculadas na imprensa, em que colocam questões relativas a este
191 decreto, que não são verdade. A primeira delas será necessária
192 primeiramente verificar os 2 pontos polêmicos tratados nesse decreto,
193 que são os pontos suspensos pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que
194 são alguns pontos esses que vêm sendo questionados em todas as
195 matérias ou grande parte das matérias da imprensa. A possibilidade de
196 supressão de validade máxima relevância e a possibilidade de
197 intervenção no raio de proteção das cavidades. A primeira coisa é a gente
198 verificar essas matérias publicadas, destaco que o IEF sabe muito bem,
199 que as cavidades que estão sendo colocadas nessas matérias, são
200 cavidades geralmente existentes em Unidades de Conservação. A gente
201 vê que cavidade, grutas como a de Maquine (MG), da Lapinha (MG),
202 Caverna do diabo (SP), são algumas cavidades que estão inseridas em
203 Unidades de Conservação. Para essas qualidades é importante já
204 registrar que não há qualquer mudança com o novo decreto publicado há
205 poucas semanas. Há uma semana, na verdade. Elas continuam sendo
206 protegidas. As outras cavidades de máxima relevância, é importante a
207 gente registrar o seguinte, parece que com a publicação do decreto, todas
208 as cavidades de máxima relevância vão ser suprimidas amanhã, que
209 também não é verdade. Todas vão depender de estudo. Então, o

empreendedor vai precisar apresentar um estudo sobre aquela cavidade, vai precisar de um processo de licenciamento ambiental. Vai precisar demonstrar a inexistência de alternativas de locacional, vai apresentar proposta de medida compensatória. Vai demonstrar que, se tiver alguma espécie ameaçada de extinção lá dentro, a supressão daquela cavidade não vai ser é não vai extinguir aquela determinada espécie. Tudo isso vai ser avaliado pelo órgão ambiental e este vai, com base na técnica, autorizar ou não a supressão daquela cavidade. É um outro ponto importante. Parece que o Decreto de 2008, hoje, é a salvação das cavidades no Brasil. Mas a gente deve se lembrar que em 2008, ele foi questionado pelas mesmas pessoas que questionam o Decreto nº 10.935. Disseram em 2008, que decreto nº 6.640 iria acabar com as cavidades no Brasil. Aconteceu exatamente o contrário. A gente aumentou o número de cavidades identificadas no território brasileiro. Estruturou ainda mais a proteção de cavidades de 2008 para cá. E provavelmente vai acontecer o mesmo com esse decreto. A gente vai estruturar, aumentar os estudos em relação as cavidades naturais subterrâneas. Lembrar, inclusive, que aquele decreto de 2008 foi questionado também no Supremo Tribunal Federal e o STF, há época, declarou a constitucionalidade dele, com os mesmos argumentos de hoje: que queria acabar com as cavidades e o impacto no Brasil. E só lembrar só mais uma última coisa, presidente, que a legislação de cavidades, no Brasil, considerando inclusive esse novo decreto, é a mais protetiva em relação a cavernas ou uma das mais protetivas, em relação a caverna do mundo. Se a gente pegar Austrália, Chile, França, África do Sul e Canadá, por exemplo, eles não têm uma norma específica sobre realidade das cavidades. A cavidade é tratada nesses países, por exemplo, como um atributo ambiental, como outro qualquer. Como a vegetação é, como os recursos hídricos são. Na Austrália, por exemplo, não tem nem compensação por supressão de cavidade. Se a gente for tratar, por exemplo, de raio de proteção, não dá nem para dizer em relação a outros países. Raio de proteção é um outro ponto importante. Por que é um número mágico de 250 m e não a possibilidade, como hoje é colocada no decreto de intervenção no raio de proteção, desde que não comprometa os atributos daquela atividade? A questão tem que ser avaliada tecnicamente. Por isso, a Fiemg é contrária à aprovação de uma moção de repúdio em relação ao decreto de cavidades. Obrigado presidente. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra para o conselheiro Valter Vilela Cunha (Abes-MG): “Denise, em momento algum eu disse que houve rompimento de barragem e eu afirmei que houve o deslizamento da pilha Cachoeirinha e o transbordamento do dique Lisa. O dique está intacto. Não houve nenhum rompimento de barragem. Só para deixar claro, porque eu acho a Denise entendeu errado o que eu disse. Obrigado.”. O Presidente Yuri

253 Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra para o conselheiro Pedro
 254 Tavares Lima (ProMutuca): “Tudo bem Yuri, a gente gostaria, nome da
 255 ProMutuca, de apoiar a Moção de Repúdio proposta pelo conselheiro
 256 Paganini, que a gente entende que a preocupação com a qualidade não
 257 é apenas com os animais que vivem lá dentro, podem extinção ou não,
 258 mas também com o contexto histórico que tem aqui de Minas, né
 259 geológico e tudo. Então a gente a moção proposta por ele.”. Presidente
 260 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok! Eu vou fazer da seguinte forma
 261 senhores conselheiros: o Paganini redige a Moção de Repúdio e nós
 262 colocamos, como sempre, em votação, ao final da reunião. E sendo
 263 aprovada a gente dá os encaminhamentos devidos, ok? O Presidente Yuri
 264 Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra para a inscrite Maria Teresa
 265 Corujo: “Bom dia! Eu gostaria já de requerer os 5 minutos que são
 266 permitidos pelo Regimento, porque eu vou fazer uma solicitação de
 267 retirada de pauta, de fazer uma consideração mais ampla e vou precisar,
 268 provavelmente de mais do que 6(seis) minutos. O Presidente Yuri Rafael
 269 de Oliveira Trovão coloca em votação o tempo adicional de 5 minutos,
 270 aprovada a solicitação de tempo adicional pela maioria, incluindo mais 1
 271 minuto pela presidência, totalizando 11 (onze) minutos e na sequência o
 272 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão volta a palavra à inscrite Maria
 273 Teresa Corujo: “Eu vou começar pelos pedidos de retirada de pauta,
 274 justificando: em relação ao item 6.1 no parecer único, são mencionados 2
 275 processos no SEI, e neles é só se acessa a lista de andamentos e não os
 276 documentos, sendo necessário para tal fazer uma solicitação e aguardar
 277 a resposta. Além disso, eu entendo que o princípio da publicidade na
 278 administração pública, foi violada, porque neste caso a publicação do
 279 pedido de licença foi realizada no Diário Oficial no dia 15 de janeiro de
 280 2022. Ou seja, somente 3 dias antes da publicação da pauta desta
 281 reunião, que acontece 13 dias depois da publicação do que foi solicitado
 282 esse licenciamento. Eu dei uma olhada no SLA e só um RAS, relatório
 283 para embasa a licença ambiental simplificada, tem 812 páginas. Como a
 284 sociedade pode ter acesso às informações ambientais desse processo
 285 que se refere a pilhas de rejeito estéril dentro de uma cava, com uma área
 286 diretamente afetada, 244ha e uma altura de 229m, para entender, por
 287 exemplo: Quais as fundamentações técnicas para um empreendimento
 288 dessa magnitude e complexidade, está sendo licenciado com uma licença
 289 ambiental simplificada? Eu lembro a todos que o rompimento ocorrido em
 290 Macacos, em 2001, foi de uma cava que eu recebia material, se não me
 291 engano, rejeitos. O pedido de retirada de pauta, também do item 7.1, por
 292 que? Na pauta são mencionados 2 processos no SEI e neles também, só
 293 se acessa uma lista do andamento e não os documentos. Sendo
 294 necessário para tal fazer uma solicitação e aguardar resposta. E do item
 295 9.2, porque no SIAM constam um EIA e um RIMA, formalizados em 2019,

mas consta também um EIA e um RIMA formalizados em 31/08/2021, que não estão disponíveis para consulta, assim como o PCA, as coordenadas são da delegação da Prefeitura, todos os documentos formalizados em 31 de agosto, 2021. Eu agora queria, então, saindo do âmbito do pedido de retirada de pauta e dentro ainda da minha fala em assuntos gerais, que fosse exibido um mapa que eu enviei antes à Assessoria dos Colegiados, porque no dia 25 se completaram 3 anos do rompimento da barragem em Brumadinho e eu quero só mais uma vez, sensibilizar a situação que vivemos no território Quadrilátero Ferrífero Aquífero. Para quem estiver vendo o mapa, nós estamos aí no quadrilátero, temos a marcação de Belo Horizonte, cada bolinha dessas é uma estrutura identificada como barragem de rejeito. Conseguimos fazer através de tamanhos para se ter uma noção e foi assinalado por mim, nesse mapa, onde ocorreram rompimentos de barragens nesse território desde 1997, que já totalizam 5 rompimentos. Aqui, não estão assinaladas todas as outras situações que nesse tempo, causaram impactos, como por exemplo, o caso recente da Vallourec, entre tantos outros que já aconteceram, lá em Forquilha há mais anos, muitos casos existem. Eu só quis trazer isso para deixar mais uma vez, que visibilizado que nós estamos nesse território, diante de uma grave questão que tem a ver com barragens, que tem a ver com os processos que são analisados para licenciamento e que precisa ficar registrado o reconhecimento, porque é gravíssimo. E ainda mais quando a gente testemunha, como eu testemunhei várias vezes questões graves, inclusive técnicas que não nos dão qualquer segurança de que essas estruturas que estão aí e as outras que já estão sendo feitas e que não estão aí ainda, o que vai significar para a população e para o meio ambiente é desse território. Podem retirar o mapa, por favor, que eu vou ver quanto tempo eu ainda tenho. Eu gostaria de aproveitar então para falar da questão que foi tocada aqui hoje, que eu não tinha pensado em tocar,

que seria o caso da Vallourec, mas vou então lembrar que na ocasião, eu acompanhei, eu não era conselheira, lembrar que na tal decisão que houve em janeiro do ano passado, foi uma reunião extraordinária, convocada no dia 31 de dezembro, depois das 18:00, eu saí com Júlio Grilo que era o representante da ProMutuca e ele mesmo se manifestou inconformado. Ele comunicou que não poderia participar porque já tinha uma agenda no período de janeiro e inclusive ele não esteve presente na reunião. No Parecer Único da ProMutuca foi colocada as preocupações dele, quanto às questões técnicas dessa pilha e nós estamos diante, no caso da Vallourec de mais um exemplo de que a celeridade de análise processual, atendendo o interesse do empreendedor, o que é que nos traz? Eu lembro que está na pauta, que foi uma demanda da Vallourec, que tinha havido uma reunião em dezembro com a Secretária De Estado,

339 que considerou e atendeu, que era que era de fazer a reunião
340 extraordinária e nós, agora, estamos diante do que aconteceu com essa
341 pilha e sem saber direito as razões do que aconteceu em janeiro. E por
342 último, em relação ao Decreto das cavidades,
343 eu e muitos concordamos e repudiamos esse Decreto. Realmente era de
344 se esperar que a Fiemg defendesse o decreto pelo interesse que há, das
345 atividades econômicas, principalmente a mineração, de que as cavidades
346 não sejam mais qualquer empecilho. Então, o último baluarte que ainda
347 havia na proteção às cavidades era a proteção de máxima relevância e o
348 decreto é gravíssimo em relação a esse grande patrimônio. Por exemplo,
349 em relação à Serra do Gandarela, onde tem trecho de máxima relevância,
350 como é que se pode confiar 100% nos empreendedores, se a própria Vale
351 na ocasião 2009, omitiu do EIA que a cavidade AP 38 era uma Paleotoca,
352 que tem um valor incalculável, também científico, porque ali é residiram,
353 moraram animais da megafauna. Então, é um patrimônio incalculável de
354 valor para o Brasil e para o povo brasileiro, e a Vale, na ocasião, não seu
355 EIA omitiu e naquele ano mesmo, uma tentativa da Vale de licenciar um
356 teste para amostragem industrial, que mal sabíamos nós que tinha ali uma
357 Paleotoca, uma cavidade máxima relevância e depois, quando o EIA veio
358 a público, no final desse mesmo ano que ela tentou o teste para explodir,
359 para testar minério, nós testemunhamos que na realidade o lugar do teste
360 era a Paleotoca. Eu queria trazer esse depoimento. Então, foi levantada
361 a questão das cavidades e estamos diante realmente um grande
362 interesse, principalmente minerário de acabar com o último baluarte, mais
363 forte em relação às cavidades de máxima relevância, o que é gravíssimo,
364 porque não há como se continuar abrindo mão de patrimônios quaisquer
365 que sejam eles inclusive geológicos, históricos da nossa história, até
366 como, como território. Então era essa minha fala e então eu agora saio
367 da sala.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Informando aos
368 senhores conselheiros, eu vou ler o artigo 28 da Deliberação Normativa
369 Copam nº 177/2012: ‘art. 28 - Compete aos membros do Copam: I -
370 comparecer às reuniões para as quais forem convocados; II - debater a
371 matéria em discussão; III - requerer informações, providências e
372 esclarecimentos ao Presidente e ao Secretário Executivo, durante a
373 reunião, ou, quando necessário, sob a forma de diligência; IV - propor
374 questões de ordem; V - pedir vista de matéria; VI - apresentar relatórios e
375 pareceres, nos prazos fixados; VII - apresentar pareceres de vista, nos
376 prazos fixados; VIII - votar, respeitada a abstenção, devendo apresentar
377 justificativa caso o voto seja contrário ao parecer do órgão do Sisema; IX
378 - propor moções; X - observar em suas manifestações as regras básicas
379 de convivência e decoro.’. Então, em relação ao pedido de vista e tal, a
380 retirada de pauta dos pontos que a Senhora Corujo solicitou, ela não é
381 conselheira deste desta CMI, então ela não tem essa prerrogativa por não

382 ser membro aqui da CMI. Se algum outro conselheiro entender pertinente
383 as questões colocadas, em momento propício e aí sim, iremos avaliar
384 juntamente com a equipe a pertinência, necessidade de retirar algum
385 ponto de pauta. Em relação ao item ao ponto da Vallourec, eu vou
386 esclarecer para os senhores que a parte em que houve o deslizamento,
387 só para registrar que a área que foi licenciada para ampliação, que teve
388 deslocamento de massa, foi na base da pilha, na parte mais antiga e não
389 daquela parte daquele processo que foi julgado no final do ano passado.
390 Somente dar esses 2 esclarecimentos para os senhores.”. Na sequência
391 o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra à conselheira
392 Veronica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): “Então levantei mesmo, não
393 é só para lembrar também Yuri, que o executivo não para. A gente não
394 tem recesso final de ano, etc. Então, as vezes é necessário sim, dentro
395 da urgência, importância, relevância do tema, principalmente uma
396 Câmara como essa, a gente não parar e as reuniões extraordinárias, elas
397 devem acontecer mesmo. Infelizmente ou felizmente acredito eu, que o
398 Executivo é funcional. Nos 365 dias, a gente está até o dia 31 de
399 dezembro, dependendo do caso, e em inúmeros casos inclusive, a gente
400 está atuando constantemente. Então, alegar que uma reunião
401 extraordinária no final do ano, etc., eu não entendo cabível, nem relevante
402 essa colocação. Obrigada.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
403 “Por nada a ver onde só destacar, complementando a sua manifestação,
404 conselheira, que a solicitação ou deferimento de uma reunião
405 extraordinária não significa que houve pressa ou atropelo na análise do
406 processo. O processo, ele seguiu seu trâmite normal de análise, teve o
407 seu tempo de conclusão e o que houve de forma extraordinária, por
408 solicitação, prevista no Regimento Interno, foi uma reunião. O que não
409 significou atropelo ou a pressa na análise do processo colocado em
410 votação. Na sequência o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão volta
411 a palavra à conselheira Veronica Ildefonso Cunha Coutinho (Segov): “só
412 para lembrar que a ‘eficiência’ é um princípio constitucional que vem
413 esculpido e nós temos que obedecer. Obrigada.”. O Presidente Yuri
414 Rafael de Oliveira Trovão completa dizendo que alegou no dia do
415 julgamento do processo da Vallourec a aplicação do princípio da
416 Eficiência e da Transparência. Na sequência ele passa a palavra ao
417 conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Eu queria entrar na
418 questão da Vallourec Mineração Ltda. Nós aprovamos aqui a construção
419 da pilha, **em cima** de uma pilha antiga, com base nas informações
420 técnicas, inclusive assinadas por um representante legal, um responsável
421 técnico, que garantiu que aquela estrutura não teria problema nenhum, e
422 teve! Então, o tempo de recorrência dessas ocorrências climáticas tem
423 que ser adequado, principalmente nessas estruturas da segurança. O
424 índice de segurança **padrão não pode** ser **obedecido**, tem que ser

425 utilizado um índice de segurança para estas estruturas bem maior. Mas,
426 sobre uma pilha antiga, foi construída uma outra pilha. Construiu e nós
427 aprovamos por quê? Porque a empresa e o seu responsável técnico
428 afirmaram que estava tudo ok, que a estrutura garantia. Isso não pode
429 ocorrer. Inclusive eu acho que a Semad, o Copam, deveriam
430 responsabilizar o empreendedor e o responsável técnico pelas
431 informações incorretas que foram fornecidos nesse contexto. Muito
432 obrigado! ". O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra
433 ao inscrito Júlio Grillo: "Bom dia! Gostaria de cumprimentar aí todos os
434 conselheiros e todos os participantes remotos! É com prazer que eu volto
435 a esse conselho. Hoje eu não estou falando em nome da ProMutuca. Hoje
436 eu falo como ex conselheiro. Eu gostaria inicialmente de dar os parabéns
437 ao IEF, principalmente aos seus servidores, pela época. Eu pedi para falar
438 aí por causa de 2 assuntos. Um deles é Vallourec! Quando começaram,
439 quando nós começamos a licenciar pilhas, eu demonstrei para vocês a
440 minha preocupação como uma característica técnica em função do peso
441 da pilha, por metro quadrado, que seria a possibilidade de termos
442 recalques, diferenciais. E que isso exigiria, então, do empreendedor um
443 número talvez de sondagens mais elevadas. Uma remoção das terras
444 moles. Quero dizer, fazer com que a gente consiga eliminar as
445 possibilidades de recalque de diferencial. Na minha opinião, e aí é o
446 seguinte, eu não tenho os elementos e só estou formando uma opinião a
447 partir de dados subjetivos que estão no ar. O que houve com a pilha da
448 Vallourec foi um recalque diferencial. Porque uma parte da pilha ficou
449 assentada, num solo são e uma parte da pilha, ficou assentado num solo
450 que umedeceu por baixo, em função do dique da frente e do excesso de
451 chuvas. E aí escorreu! E quando escorreu, provocou um extravasamento
452 que poderia ter sido perfeitamente um rompimento. Poderia ter rompido!
453 Não rompeu! Ótimo para gente. Mas, o que eu quis dizer com tudo isso é
454 o seguinte: eu acho que pilha é uma solução melhor do que barragem! E
455 acho que o preenchimento de cava é uma solução que pode ser melhor
456 do que pilha. Mas isso não implica diretamente em que: é pilha, então o
457 risco é menor que barragem, nós podemos fazer e atropelar. Não. Eu
458 acho que os cuidados que uma Semad tem que ter, ao exigir do
459 empreendedor, no cuidado, tem que ser maiores agora, porque antes nós
460 não tínhamos pilhas de 200 m de altura. E 200 m de altura vão
461 representar 500 t/m². Então quer dizer, o cálculo tem que ser muito bem
462 feito. O sistema de drenagem tem que ser muito bem feito para aguentar
463 qualquer chuva. Para aguentar chuvas que nós nunca tivemos, porque
464 todos nós sabemos que na crise climática que estamos enfrentando.
465 Essas concentrações de chuva vamos correr. E pode não ocorrer ano que
466 vem, mas pode correr 10 ou 15 ou 20 anos. Então, essas estruturas têm
467 que estar preparadas para o absolutamente excepcional. E eu acho que

468 faz parte da Semad, cobrar isso, criar novas regras. Isso não é simples!
469 Não pode ser deliberado dessa forma. Eu acho que uma pilha, por
470 exemplo, não poderia nunca ser liberada nas 3 fases. Ser licenciada nas
471 3 fases da simultaneamente. Porque nós deveríamos ter uma Licença de
472 Instalação, posteriores a instalação, fazer uma verificação do local, para
473 ter uma certeza, uma fiscalização, para ter uma certeza da segurança
474 daquele local e só então dá uma Licença Operacional. Valter Vilela, meus
475 parabéns pelas suas colocações! Sobre a Vallourec eu só queria pedir
476 mais cuidado. O meu pedido de cuidado é embasado nos princípios que
477 eu acho que a gente sempre tem que ter ao lidar com os assuntos nessa
478 Câmara. Princípios da prevenção, da precaução e da sustentabilidade.
479 Se nós tivéssemos tido mais precaução, talvez essa pilha não tivesse
480 escorregado. Esse é um assunto, o outro é o seguinte: rejeito nas cavas!
481 Aparentemente, é uma solução melhor. Seria talvez a melhor de todas.
482 Você retirou o material de uma cava, vai lá e complementa aquela cava.
483 Mas, eu fui alertado principalmente pelo Paulo Rodrigues, mas não só
484 pelo Paulo da UFMG, que é doutor no assunto, que dependendo da
485 posição da cava em relação ao lençol freático e dependendo da
486 composição do material do rejeito, nós podemos contaminar o lençol
487 freático com produtos tóxicos. Por exemplo, você vai colocar um rejeito
488 com arsênio?

489 O seu rejeito tem arsênio naquele caso. Porque cada caso é um caso. O
490 seu rejeito tem arsênio? Você teria então nesse caso, é o seguinte, ótimo
491 que a gente vá preencher as cavas, os cuidados com todos os cálculos
492 estruturais necessários, inclusive para não romper nas beiradas delas.
493 Mas, nós deveríamos envelopar o fundo das cavas. Eu acho que
494 deveríamos envelopar o fundo das cavas. Esse, deveria ser um princípio
495 e é o segundo pedido que eu faço à Semad. Que a Semad estude a
496 questão dessa disposição do rejeito em cavas. Que ela seja um pouco
497 mais rigorosa na cobrança dos empreendedores a esse respeito. Nós não
498 podemos agora, depois de tudo que já ocorreu aqui em função da
499 mineração, ainda contaminar os nossos lençóis freáticos. Nós temos que
500 ser cuidadosos com isso. Vocês me desculpem pelo tempo. Agradeço ter
501 me deixado falar. E ficam essas minhas recomendações. Muito obrigado
502 e um abraço a todos.”.

503 O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao
504 conselheiro Pedro Lima (ProMutuca): “Yuri, eu só queria reforçar essa
505 atenção que o chamou para a questão dos componentes, do rejeito
506 estéril, ou seja, o que for depositado dentro da cava, para evitar essa
507 contaminação do lençol freático. É um ponto muito importante que ele já
508 tinha levantado aqui com a gente. Eu iria levar minhas considerações,
509 mas como ele já falou, eu gostaria somente de reforçar o pedido de
510 atenção com isso, seja nesse processo que nós vamos avaliar hoje ou em

511 qualquer outro futuro. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa
512 a palavra ao superintendente Rodrigo Ribas: “Muito bom dia, senhores
513 conselheiros, é bom ter é oportunidade de conversar com vocês de novo.
514 Eu tenho visto aqui umas manifestações que me preocupam. Eu entendo,
515 é claro, o teor das manifestações quando falam, por exemplo, sobre o
516 incidente da Vallourec, que da pilha. Da pilha que foi licenciada há 1 ano
517 atrás para esse mesmo conselho, porque nós temos aquela experiência,
518 aquele trauma de experiência do licenciamento lá de Brumadinho. Em que
519 o senhor só seria foram bastante achincalhados pela mídia,
520 principalmente na mídia, mas não só na mídia. E eu queria só esclarecer
521 2 pontos. O primeiro ponto: A pilha que foi que foi licenciada pela equipe
522 da Supram Central há cerca de 1 ano atrás, não rompeu! Em primeiro
523 lugar, ela não rompeu. O que houve foi um deslizamento de encosta de
524 uma pilha que está lá há muitos anos. Por conta daquilo que o conselheiro
525 Carlos Eduardo Orsini chamou atenção! Um período chuvoso
526 absolutamente atípico. Em 3 dias, aqui em Belo Horizonte, naquele
527 evento, choveu o equivalente a 25% esperado para o ano. Nós tivemos
528 uma grande concentração de chuvas, as drenagens das bermas das
529 pilhas são calculadas para uma chuva de recorrência de 100 anos, e a
530 drenagem lateral de 500 anos, e o Orsini chamou atenção: nós tivemos
531 chuva, de recorrência de 500.000 anos naquele período. Então, nós
532 quintuplicamos a chuva que havia cálculo para ser absorvida naquela
533 drenagem. E a drenagem foi feita de acordo com uma norma da ABNT.
534 Quando perguntam quais são as normas? E falam que a Semad tem que
535 ser mais exigente.... Na verdade, há uma norma ABNT dizendo como é
536 que se instala as pilhas de rejeito estéril e quais são as regras de
537 implantação de drenagem nas pilhas. Então, é preciso que a ABNT, que
538 o conjunto de técnicos em geotécnica, engenharia da ABNT, façam uma
539 proposição de alteração da norma. Não cabe à Secretaria de Meio
540 Ambiente fazer esta posição e não cabe aos senhores também, como
541 conselheiros de Meio Ambiente de avaliar a questão de segurança de
542 uma comissão técnica estrutural da obra. Quanto a isso, os senhores
543 podem ficar tranquilos. E em segundo lugar, a pilha licenciada sequer foi
544 instalada. A ampliação da pilha que foi licenciada tinha dois pontos de
545 implantação. No pé da pilha que e na cabeceira da pilha que deslizou,
546 entre a pilha e a UTM e a cava. Ela estava em preparação para
547 instalação. Ela não operou. Não houve qualquer impacto desta pilha que
548 foi licenciada, no efeito escorregamento da encosta, esse
549 escorregamento circular, típico de material que foi desagregado pelo
550 efeito da água, um cisalhamento do tipo circular. Não houve nenhum
551 impacto da pilha licenciada pelos senhores, em cima da pilha da
552 Vallourec, em relação ao deslizamento daquela parede, daquelas
553 bermas. Então é, eu acho que a Vallourec que tem que vir a público falar

554 que o conselho e explicar o fato. É claro tem ela tem que explicar. E eu
555 só tratando aqui nesse assunto, porque os senhores perguntaram, é a
556 Vallourec não está aqui para explicar para gente. É importante que eles
557 venham e que expliquem. O fato de ter deslizado, de não ser vinculado a
558 licença emitida no ano passado, de maneira alguma justifica o
559 deslizamento e de maneira alguma torna a Vallourec menos responsável
560 pela recuperação e pelos danos causados ao meio ambiente. Isso a gente
561 não está discutindo e já está sendo amplamente divulgadas as ações,
562 tanto do Sisema, quanto do Ministério Público e da Advocacia Geral do
563 Estado, em relação a responsabilização objetiva da Vallourec e a
564 recuperação dos danos causados. Isso é uma coisa! A outra coisa é: os
565 senhores responsáveis? Não! Porque a pilha sequer foi plantada. Talvez
566 se a pilha tivesse sido implantada na sua base, como um
567 contrapilamento, houvesse é estabelecido uma situação de segurança
568 até maior. O fator de segurança calculado é maior que 2, para uma pilha
569 de rejeito daquele tipo. Um fator é de segurança esperado, em operação,
570 observado, tem que ser maior do que um e meio. Já é maior do que
571 qualquer barragem. Então, já existem regras bastante rigorosas em
572 relação a implantação das pilhas. E ela é uma, tem uma condição de
573 operação diferenciada. Esse é o primeiro assunto. O segundo assunto, o
574 Yuri, se me permitir, a pedido da Secretaria, em relação às cavidades, em
575 relação ao Decreto nº 10.935, de 2022, que foi publicado, a Semad não
576 adotou qualquer posicionamento em relação a isso. Primeiro, porque ele
577 é um Decreto Federal, nós não temos competência legal para discutir um
578 normativo federal. É, nós não fizemos avaliação de impactos regulatórios,
579 sobre as nossas normas, porque antes havia do mesmo da gente
580 começar, houve a suspensão dos artigos, 4º e 6º, que davam a diferença
581 em relação ao Decreto nº 99.556. Então, hoje nós temos um Decreto nº
582 10.935, muito parecido, com a junção do Decreto nº 99.556 de 1990, que
583 foi alterado em 2008 com a Instrução Normativa nº 02, de 2017 do MMA.
584 Então, atualmente não há nenhuma alteração em relação aos critérios
585 usados pelo licenciamento ambiental na Semad para permitir ou impedir
586 impactos ambientais em cavidades de baixa, de média, de alta e de
587 máxima relevância, os critérios são os mesmos que a gente tinha até o
588 ano passado. Então, não há nenhuma alteração em relação a garantia do
589 impactos e autorização de supressão cavidades. Nós não fizemos
590 nenhuma alteração esse momento e entendemos que, pelo menos por
591 enquanto, em Minas Gerais, elas continuam preservadas. A equipe
592 técnica do estado de Minas Gerais é especialista em Espeleologia, é
593 muito capacitada, sem dúvida, que é muito capacitada. Nós já
594 participamos de diversos workshops, como palestrantes, apresentando as
595 nossas experiências no Brasil inteiro. Eu participei há cerca de 2 a 3
596 semanas de um workshop junto com a Secretaria de Estado do Mato

597 Grosso. Então, nós temos expertises e nós sabemos diferenciar o joio do
598 trigo, que pode, não pode impactar. É só isso Yuri. Muito obrigado.”. O
599 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao conselheiro
600 Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): “Yuri, eu gostaria de ouvir primeiro
601 o Júlio Grillo, pois as suas falas engrandecem a discussão e eu posso
602 também já pensar em alguma coisa que eu posso contribuir com ele. ”.
603 Na sequência o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão destaca que, o
604 assunto da Vallourec destacado no Assuntos Gerais não faz parte da
605 pauta do dia e considerando a extensão dos outros pontos de pauta, há
606 necessidade de que os comentários sobre esse assunto sejam breves. A
607 gente coloca assim um ponto de pauta, tem um valor que não é pontos
608 da nossa pauta, então eu só peço que sejam breve, se for em relação a
609 esse assunto, pois ele será discutido em momento oportuno. Na
610 sequência, considerando o conhecimento técnico do inscrito Júlio Grillo e
611 utilizando a prerrogativa do artigo 38 do Regimento Interno que diz que:
612 ‘Poderão ser convidadas pelo Presidente das estruturas colegiadas do
613 Copam, para participarem das reuniões, com direito a voz e sem direito a
614 voto, pessoas e instituições relacionadas à matéria constante da pauta.’.
615 Passa a palavra a ele. Inscrito Júlio Grillo: “Muito obrigado pela atenção e
616 eu vou ser breve. Ribas, quando eu falei sobre a Vallourec, eu devo
617 realmente ter me comunicado mal. Porque quando eu falei da pilha eu
618 não falei daquela pilha que nós licenciemos. Eu inclusive na reunião que
619 houve o licenciamento dessa pilha, eu elogiei a Vallourec por ter nos
620 apresentado todos os cálculos que apresentaram tudo. Ter transmitido
621 uma relativa confiança ali. Quando eu falei sobre o deslizamento daquela
622 pilha, eu quis exemplificar como uma probabilidade do recalque
623 diferencial, que eu venho falando há algum tempo que pode vir a ocorrer.
624 Temos que lembrar sempre o seguinte, as normas, inclusive de ABNT etc.
625 e tal, talvez não estivessem prevendo 200 m altura. Talvez não tivessem
626 prevendo as chuvas que nós vamos ver daqui para frente. Então, pelos
627 princípios de prevenção e precaução, em alguns casos, eu acho que nós
628 não podemos nos ater simplesmente as normas. Nós temos que pensar,
629 tentar ler um pouquinho além das normas. Então, lembrando uma coisa
630 naquele licenciamento a Vallourec o meu voto foi pela pelo indeferimento,
631 mas não foi pelo indeferimento em função da pilha, foi pelo indeferimento
632 em função de alguns outros itens. Yuri, novamente muito obrigado por me
633 deixar falar. Agradeço e um abraço.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira
634 Trovão passa ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): “Eu
635 queria fazer algumas considerações aqui, será rápido e é sobre a
636 Vallourec. Eu gostaria de dizer para vocês que na primeira semana, eu e
637 o Claudinei, conselheiro titular e chefe da fiscalização, o qual sou
638 suplente, ele estava de férias e eu sou substituto dele, para assuntos de
639 barragens. Então, eu tive que atuar no sábado, infelizmente, eu não

640 gostaria, mas eu tive que sair de casa cedo e nós chegamos na barragem
641 antes do geotécnicos da Vallourec. Estava difícil para chegar ao local por
642 causa do trânsito. A gente teve direito de passagem, chegando mais
643 rápido. Nós fomos até a barragem, a água estava passando por cima, foi
644 feita uma manobra da abertura de um canal do lado de lá, porque estava
645 obstruída, e acabou que junto com a Agência e os demais que estavam
646 lá, foi solicitado uma abertura de canal na ombreira direita. Acabou que
647 eu sai de lá da barragem até a hora que a situação estava mais sobre
648 controle. Por isso que a BR40 ficou fechada nesse espaço de tempo, para
649 a segurança de todas as pessoas. Eu queria dizer que o dique Lisa, ele
650 fica no pé de uma pilha, que é uma coisa que vai continuar existindo,
651 porque nós vamos ter uma migração, em percentual muito grande, da
652 disposição de rejeito de barragem para pilhas. E vai ser rejeito
653 desidratado e compactado. E essa pilha Cachoeirinha tem uma
654 configuração que hoje é usual no que se faz. Que é a pilha e o dique logo
655 embaixo, para conter os sedimentos que vem da área da mineração da
656 pilha como todo. É importante a gente entender que nós estamos
657 passando por um processo de mudança climática. Porque o Orsini foi
658 muito feliz na fala dele. O Valter foi muito feliz. O Júlio Grillo foi muito feliz
659 com o Rodrigo Ribas também foi muito feliz. Todos fizeram comentários
660 muito pertinentes. Já comentei, mas a gente tem que entender que de
661 2019 para 2021, nós chegamos a ter decamilenar em algum lugar.
662 Precipitações. Decamilenar, eu estou falando que foi acima de mil, dois
663 mil. E as barragens se suportarem de alguma forma. Conseguiram
664 suportar! Já havia ocorrido acidente no início do ano de 2019 em
665 Brumadinho e teve muita fiscalização. Foram as barragens que passaram
666 por esse grande estresse, mas sem dizer que houveram muitos
667 problemas que foram equacionados. Estão sendo equacionados até hoje.
668 E de 2021 para 2022, no espaço de 2 anos, nós tivemos já há registro de
669 chuva de 2000 mm acima do espaço amostral que a gente tinha, da do
670 espaço que a gente fazia os cálculos para poder encontrar as chuvas
671 decamilenares. As chuvas extremas, essa coisa toda. Então, quer dizer
672 que a coisa está mudando, no espaço de 2 anos nós já tivemos 2 grandes
673 eventos que vão entrar para esse cálculo também. Então, a coisa já está
674 em transformação. E o que eu digo é que o dique Lisa performou. Por que
675 ele performou? Porque ele segurou uma grande quantidade de material
676 que poderia ter sido arrastado e ter levado até o aterro da rodovia. Nesse
677 ponto, é uma coisa que são funcionalidades, que precisam ser avaliadas.
678 É importantíssimo que a Vallourec venha falar o que aconteceu. É
679 importante ter várias investigações em curso, Polícia Civil e outras. Vai
680 chegar nessa conclusão porque nós precisamos aprender com esse
681 processo. Porque daqui a diante nós vamos ter que adequar as pilhas às
682 condições mais seguras e a gente precisa aprender com tudo isso. Teve

683 performance? Teve! Ainda existe riscos? Existe! Então, a gente precisa
684 caminhar nesse sentido, porque nós estamos no limiar da engenharia
685 para frente. Porque nós estamos vivenciando um processo de mudança
686 climática que possa vir chuvas que a gente não entende. Pode ser que
687 daqui a 10 anos, como Júlio falou, possa acontecer chuva além do deca
688 milenar, a gente sabe. Então, eu acho que mais importante de tudo é
689 estudar esse caso e aprender ‘o quê’ aconteceu. O que poderia ter
690 acontecido para gente poder adaptar a legislação presente e futura, para
691 que isso não ocorra ou que seja mais seguro. Eu gostaria de lembrar que
692 o que aconteceu é extraordinário, no momento. Porque a quantidade de
693 sistemas de movimento de massa, que aconteceu é muito grande.
694 Evidência esse processo. Haja vista que da 381, que foi uma rotação, foi
695 uma ruptura rotacional difícil da gente entender. Que levanta a estrada.
696 Como que acontece isso? São fenômenos de geotecnia que são
697 proporcionados pelo excesso de chuva, haja vista Ouro Preto e outras
698 coisas mais. Então é isso que eu estou querendo é contribuir e agradecer
699 a participação de todos foi muito bem colocado o assunto. E eu acho que
700 a gente está num processo de investigar e descobrir as coisas. Para nos
701 profissionalizar. É como o que acontece com a indústria aeronáutica.
702 Quando entramos em um avião, sabemos que é seguro. Mas, pode ser
703 que venha a acontecer um seguinte, e nesse caso precisa haver um
704 estudo para incorporar novas segurança para que não ocorra de novo.
705 Então é isso. Muito obrigado! ”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira
706 Trovão passa o conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME):
707 “Presidente, eu vou ser extremamente breve. Eu quero colocar uma coisa
708 aqui que é o seguinte: o senhor como presidente, tem que agradecer a
709 Deus pela qualidade dos seus conselheiros. Olha essas palavras aqui do
710 nosso querido Luiz Henrique, são excepcionais. As observações feitas
711 pelo Júlio Grillo, as considerações que ele faz com muita propriedade, as
712 observações feitas pelo Pedro Lima, o que foi falado pelo Thiago, pela
713 Denise. O próprio, o próprio Rodrigo Ribas. Então o seguinte: agradeça a
714 Deus por ter conselheiros desse porte. Mas, eu não podia deixar de
715 finalizar primeiro, agradecer as considerações feitas pelo Luiz Henrique,
716 o qual eu acompanhei a vida dele aí nesses últimos dias que eu estava
717 também fazendo vistoria em minerações, que teve problemas seríssimos.
718 Eu lhe digo uma coisa Luiz: não existe sistema de drenagem capaz de
719 suportar essa variação pluviométrica que nós tivemos. Os sistemas de
720 drenagem, eles praticamente faliram. É muita água que desceu! É muito
721 solo que foi deteriorado, que foi danificado com o excesso de água.
722 Quando eu cheguei na beira do Paraopeba, no dia em que eu estava
723 rodando por Brumadinho, fiquei apavorado. Estava um verdadeiro mar.
724 Eu conheço aquele Paraopeba de anos e anos. Mas, nunca vi uma cheia
725 tão grande do Paraopeba. E da mesma forma para os meus colegas da

726 Copasa, viu o presidente, comentando isso, o Valter mesmo sabe da
727 situação do Rio das velhas. A inundação que foi provocada em Rio Acima
728 e em Honório Bicalho, em Santa Luzia. Então, eu vejo o seguinte: o que
729 fica para a gente pensar essas considerações! Com muita propriedade
730 feito pelo meu querido Luiz Henrique, que é o seguinte: nós temos que
731 ver no futuro as correlações, os cálculos de ocorrência sejam centenários
732 ou milenares, eles vão ser alterados em função da atual conjuntura que
733 nós estamos passando por mudanças climáticas. Que fazem com que nós
734 temos cada vez mais concentração pluviométrica e volumes enormes.
735 Então, fica aqui para gente pensar, eu acho que isso tudo leva em
736 consideração as empresas, que também têm as suas responsabilidades
737 e nós aqui também no sentido de poder ajudar a fazer com que haja maior
738 segurança e como diz um amigo Grillo, que é a questão da prevenção e
739 da precaução para chegar na sustentabilidade ideal. Obrigado!”.
740 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço a sua manifestação
741 Dr. Orsini e destaco que sempre agradeço a Deus por tudo que tem na
742 minha vida e é um prazer estar aqui com os senhores, não só aqui na CMI
743 como nas outras câmeras que, a gente acaba ou assessorando ou
744 presidindo. Pela competência técnica e é um aprendizado constante e
745 recompensador.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a
746 palavra à conselheira Verônica Idelfonso (Segov): “Eu já disse aqui várias
747 vezes, no cuidado que se deve ter ao fazer essas colocações, não somos
748 técnicos, devemos sempre mente. Eu destaco que a administração
749 pública, e nessa seara o conselho se encaixa, quando se trata do princípio
750 da legalidade, diferente do particular, a quem é permitido realizar qualquer
751 conduta que não proibida em lei, à administração é permitido somente
752 aquilo está posto lei. Então, quando há subsunção do caso à norma, há
753 de se conceder a licença. E aí eu volto a repetir algo que eu também já
754 disse aqui, que a gente tem que ser inteligente, tanto quanto às
755 manifestações, como na forma de agir, usando toda a nossa capacidade
756 técnica colocada aqui, pelo conselho Orsini, que eu concordo, para
757 pressionar os órgãos corretos, para atualização ou alteração das
758 normativas que lhe competem. É importante dizer que nem todos que nos
759 assistem tem, às vezes, conhecendo todo. Então, dependendo da forma
760 como a gente coloca, fica parecendo que o conselho ou que o conselheiro
761 foi omissos ou até muitas vezes, como já dito aqui, para umas pessoas:
762 vendido. Então, a gente tem que ter muito cuidado, porque antes de
763 conselhos, nós, seres humanos, temos vida fora daqui. As vezes somos
764 muito atacados por colocações por colocações que fizemos aqui, que são
765 corretas, que são técnicas e infelizmente, da forma como é posta por
766 algumas pessoas aqui, fica aparecendo que nós somos omissos ou
767 vendidos. Então, eu acho que a gente tem um pouquinho mais de
768 cuidado, humanidade, e lembrar sempre do técnico. Que é isso que a

769 gente tem que tratar aqui. Obrigada.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira
770 Trovão passa a palavra ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende
771 (ANM): “Eu gostaria de dizer isso. A Verônica foi feliz. E que a ANM, hoje,
772 conta com novos concursados, algumas pessoas são temporárias, mas
773 vai ter um concurso definitivo, espero que eles o façam e sejam
774 aprovados, pois é um grupo de pessoas muito bom. Todos eles prestaram
775 um apoio no local, todos eles aprenderam muito com a situação, e já tem
776 uma bagagem. E é isso que eu queria dizer. A Verônica foi feliz porque,
777 com esse ponto de vista, esse grupo não ‘arredou o pé’ enquanto a
778 situação não for equilibrada. Todos eles se envolveram nessa questão. E
779 é isso! Outra coisa que eu queria dizer é que, por exemplo, eu era
780 estudante na escola de engenharia ali na UFMG, no centro de BH, a calha
781 foi projetada para 100 anos, são cem (100) anos de recorrência de
782 chuvas. Não ali que eu me lembre, tenha saído fora da calha, muitas
783 vezes de 1990 para cá. Em quase 30 anos, mas na parte da avenida
784 Tereza Cristina, acabou que saiu essa coisa toda. Mas, somente para
785 vermos o tamanho da estrutura que se faz na estrutura do rio Arruda para
786 100 anos, a gente vê como que é a dimensionamento de uma estrutura
787 para poder suportar esse tipo de coisa que o Orsini falou. Então, por isso
788 que a gente tem que fazer esta investigação, muito bem feita, tem que ser
789 apuradas todas as quantidades de água que caiu na pilha Cachoeirinha e
790 que causou o rompimento. Foi uma ruptura circular e eu tenho muita
791 desconfiança do processo, mas cabe às investigações descobrir se houve
792 uma erosão provocada pelo excesso de chuva nas canaletas. Mas enfim,
793 isso vai vir escrito e precisa ser colocado e gente tem que dar um prazo
794 para empresa poder fazer um bom trabalho em cima disso e apresenta-
795 lo. Pois isso vai ser uma questão a ser estudada no futuro, inclusive para
796 modificação de norma. E para gente trazer mais segurança para todo
797 mundo. Outra coisa que eu acho que é importante destacar é a utilização
798 de cavas, como foi falado aqui, para poder colocar o rejeito, lembrando
799 que atualmente, nós só impermeabilizamos as cavas quando o rejeito é
800 tóxico e passivos contaminação do lençol freático. E quando não é inerte
801 faz até parte do equilíbrio, aquela cava como área de recarga do lençol.
802 E temos essas questões para refletir. Obrigado.”. O Presidente Yuri
803 Rafael de Oliveira Trovão destaca que o tempo previsto para o item de
804 pauta ‘assuntos gerais’ é de 30 minutos e as discussões duraram quase
805 uma hora e meia. Mas, considerando todas as relevantes manifestações
806 que visam clarear e contextualizar os fatos àqueles que não tiveram
807 oportunidade de acompanhar o julgamento do processo e a real dimensão
808 dos trabalhos da equipe que o analisou o processo. Na sequência ele abre
809 o item 4 em deliberação: **EXAME DA ATA DA 82ª RO DE 17/12/2021** e
810 passa a palavra ao conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Na linha
811 175, onde está escrito ‘Itatiaio Sul’, mudar para Itatiaiuçu. Na linha 299,

812 substituir a palavra ‘cheia’ por estiagem.”. Feitas às correções o
 813 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão coloca a ata em votação: **ATA**
 814 **APROVADA COM ALTERAÇÕES.** Votos favoráveis: Segov, Sede,
 815 Sedese (pelo chat), Codemig, Sindiextra, Fiemg, Relictos, SME e Abes.
 816 Abstenção: ANM e ProMutuca. Justificativas: ANM: (Justificativa: eu não
 817 participei da reunião passada) e ProMutuca: (Justificativa: “eu não estava
 818 presente na última reunião e não tive tempo para discutir ata com
 819 Tobias.”). Ausente: Ibama. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão
 820 passa para o item 5. Resolução Conjunta Semad/IEF Nº 3.102/2021, que
 821 dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no
 822 âmbito do Estado de Minas Gerais. Apresentação: Secretaria de Estado
 823 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad. Com a
 824 palavra para o Superintendente Fernando Baliani da Silva (Suara),
 825 cumprimenta os presentes e pede licença para realizar a apresentação
 826 (disponibilizada no site da Semad/Copam). Após a apresentação o
 827 superintendente se coloca à disposição para esclarecimento de dúvidas.
 828 O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradece pela apresentação
 829 e parabeniza o Baliani por ter capitaneado os trabalhos em relação a esta
 830 Resolução e a toda a equipe envolvida. Na sequência o Presidente passa
 831 a palavra a inscrita Maria Teresa Corujo: “ É, eu assisti a apresentação
 832 do Fernando na reunião da CIF, esta semana, como conselheira, mas
 833 como eu entendo que é importante nesta Câmara que também esse tipo
 834 de informação e registro por causa das questões de intervenção
 835 ambiental, eu só vou fazer aquela pergunta que eu já fiz: Nós percebemos
 836 que nessa resolução, então, se garantiu o processo 100% digitais,
 837 questão de vistorias remotas, o que agiliza e facilita para os interessados.
 838 E eu perguntei, como é que é realizado o acesso por parte da sociedade?
 839 Onde localizo as informações sobre os processos de intervenção
 840 ambiental que não estão ligados ao processo de licenciamento? Porque
 841 nos processos de licenciamento é informado quais são os processos de
 842 intervenção ambiental, o número, mesmo que no SLA não se consiga de
 843 imediato, acessar aquele processo, essa informação é dada no sentido
 844 de dizer qual o número do processo. Mas, em relação aos outros
 845 processos de intervenção ambiental que não estão vinculados a um
 846 processo de licenciamento, a pergunta que eu fiz foi: onde se pode ter
 847 acesso a esses processos, caso alguém, por exemplo, em um
 848 determinado município queira verificar, por exemplo, nos 2 últimos anos
 849 o processo de intervenção ambiental foram formalizados, onde e o que é
 850 que isso pode ter a ver com aquilo que a pessoa está querendo conhecer?
 851 Então, eu queria só fazer essa pergunta ao Fernando para ficar registrado
 852 e conter esta informação para aquelas pessoas que acompanham a CMI
 853 e que geralmente não acompanham as outras câmaras do Copam. O
 854 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao

855 Superintendente Fernando Baliani da Silva (Suara): “Obrigada Maria
856 Teresa! Eu me recordo dessa pergunta na CIF, inclusive, após o termino
857 daquela reunião, eu busquei informações junto ao IEF e gostaria de
858 complementar minha resposta em relação a última reunião da CIF. O IEF
859 possui em seu sítio eletrônico um sistema de decisão, onde todos os atos
860 autorizativos emitidos são disponibilizados e com a possibilidade,
861 inclusive, de fazer uma filtragem conforme a Senhora havia mencionado,
862 por municípios, por ano. Então, essa plataforma já está disponível e
863 operacionalizada junto ao Instituto Estadual de Florestas. No site do IEF
864 é possível fazer o acesso dessa plataforma. Eu também solicitei ao diretor
865 responsável do IEF para que a gente possa fazer uma rápida
866 apresentação demonstrando o link e como fazer uso dessa plataforma.
867 Ela também se replica para os atos autorizativos vinculados ao
868 licenciamento ambiental e a gente pretende fazê-lo muito provavelmente
869 na próxima rodada de câmaras técnicas para poder dar ciência e também
870 para poder dar divulgação a essa ferramenta.”. Na sequência o
871 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão realiza a leitura da pauta e abre
872 as discussões sobre o item **6. Processo Administrativo para exame de**
873 **Licença Ambiental Simplificada:** 6.1 Vale S.A./CVRD Complexo
874 Minerário de Itabira (PDER Cauê) - Pilhas de rejeito/estéril - Minério de
875 ferro - Itabira/MG - PA/SLA/Nº 198/2022 - ANM: 930.641/1989 - GM
876 143/1996 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b).
877 Apresentação: Suppri. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa
878 a palavra ao conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima (SME): “
879 É bom é, eu analisei muito esse projeto e essa solução dada pela Vale,
880 inclusive, juntamente numa apresentação que nos foi feita, com a minha
881 presença e do doutor Pedro Lima, do ProMutuca, onde nós utilizamos a
882 oportunidade de avaliar com detalhes, através de uma bela apresentação
883 que eles fizeram, dessa situação do aproveitamento da cava do Cauê,
884 para uma pilha. Esse é um modelo que a gente sempre pensava, haja
885 visto inclusive, anteriormente, o próprio Júlio Grillo falava muito nisso,
886 aproveitamento de pilha, que é de aproveitamento de cava da pilha. E
887 uma coisa que eu notei que foi muito importante na apresentação, um
888 robusto projeto de drenagem. Realmente uma drenagem de base muito
889 convincente para esse recebimento. Por quê? Porque eles vão trabalhar
890 com estéril e posteriormente, em função da implantação da secagem e
891 compactação de rejeitos, isso vai ser submetido a essa pilha. Então, isso
892 é muito importante que a drenagem tenha essa vitalidade e essa
893 capacidade potencial para suprir isso aí. E eu queria de aproveitar para
894 fazer um comentário na presença do José Ângelo Paganini, que ficou
895 preocupado com isso, eu tive a oportunidade de ver que eles têm essa
896 água ainda existente num posicionamento mais inferior da cava, uma
897 água de boa qualidade. Então não existe nenhum problema relacionado

898 com a questão de tóxico e toxidez que possa prejudicar a qualidade
899 dessas águas. E evidentemente que esse material que vai por cima
900 também não vai ter grandes problemas que vão ficar numa situação bem
901 superior e até que eles fazem esgotamento final da parte das águas da
902 base. Essa água utilizada inclusive, na apresentação que foi feita, para
903 aproveitamento na própria unidade operacional da Vale, em Itabira.
904 Então, o meu destaque presidente é exatamente isso: contribuir para
905 conhecer esse projeto, apoiar esse projeto de uma forma muito adequada,
906 muito robusta. E fazer com que outros aproveitamentos de cava sejam
907 feitos também. E parabenizar os estudos que foram feitos, inclusive o
908 relatório também feito pela Suppri, está muito bom. Muito obrigado,
909 presidente a todos.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a
910 palavra ao conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Primeiramente
911 eu gostaria de solicitar, se possível, a apresentação pelo empreendedor,
912 sobre o projeto e dar uma oportunidade a sociedade civil de Itabira de se
913 manifestar. Então, a gente gostaria de assistir essa apresentação sobre o
914 projeto. Continuando, o site do Ministério Público informa que 18
915 barragens de propriedade da Vale, da ArcelorMittal e da Minérios
916 Nacional, analisadas pelo Ministério Público e pela Feam, terão que
917 passar por algum tipo de intervenção como medida preventiva em virtude
918 das intensas chuvas dos meses de dezembro/21 e janeiro/22. Está
919 incluída na **lista** a barragem de Santana, na Mina de Cauê. Nós estamos
920 licenciando agora o preenchimento da cava, com base nos dados
921 apresentados, constatou-se que das 8 barragens, 3 estão no nível 3 de
922 emergência, barragem Sul Superior, as B3, b4 e a Forquilha 3.
923 Apresentam ocorrências que devem ser tratadas para evitar prejuízo no
924 funcionamento das suas estruturas. Todas elas são de responsabilidade
925 da Vale. Também gostaria de saber como estão as barragens no
926 complexo Itabira e se essa pilha de rejeitos poderá vir a interferir com
927 algum Barramento. A segunda questão é a seguinte: no parecer único,
928 conforme a figura 2, existe no fundo da cava, onde serão depositados os
929 rejeitos, um lago. Como fica a mistura de rejeito **filtrado** e da água
930 acumulada na cava? Eu gostaria de uma explicação sobre **isso e** quais os
931 controles **implantados**, qual é a situação. E na figura 4 do parecer, mostra
932 um arranjo da pilha e essa pilha vai ultrapassar a cava, compartilhando
933 com a pilha PDE Aba Oeste. Então, qual o fator de segurança adotado
934 para execução desse projeto evitando o rompimento dessa pilha? São
935 essas as minhas considerações.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira
936 Trovão na sequência passa a palavra ao conselheiro Pedro Lima
937 (ProMutuca): “É obrigado Yuri! O destaque que a gente tem aqui é com
938 relação a um pedido de vistas que foi encaminhado para ProMutuca
939 através do Conselho dos Atingidos pela Mineração em Itabira. Nós
940 entramos em contato com o Leonardo que enviou esse pedido, que não

941 foi assinado por ninguém, para poder entender os motivos desse pedido
942 de vistas solicitado. E infelizmente descobrimos que o pedido de vistas
943 era baseado em RIMA, que não tem nada a ver com o entendimento de
944 que estavam solicitando. O RIMA que eles solicitaram é referente ao
945 projeto de pilha de depósito de minério da Canga Sudeste, que não tem
946 nada a ver com essa que a gente está avaliando agora. Com isso, a gente
947 decidiu não acatar esse pedido deles. Nós temos eles. Outra coisa que
948 eles solicitaram. Questionado é a falta de informação. Nós conseguimos
949 intermediar com um empreendedor para fazer essa apresentação que eu
950 e o Orsini assistimos, para esses eles, visto que eles não se
951 disponibilizaram assistir à apresentação. Eu acho que eles estavam
952 querendo informação, seria ali a melhor hora para poder conseguir da
953 forma mais detalhada. E com isso, a gente gostaria de reforçar o pedido
954 do José Ângelo, para essa apresentação ser exibida aqui e dar à
955 sociedade civil de Itabira a oportunidade de questionar, de esclarecer as
956 dúvidas, de tirar qualquer preocupação que eles tenham com base nesse
957 processo que a gente estava olhando aqui hoje. Levantar mais uma vez
958 a questão que o Júlio falou, da importância de saber é a composição do
959 estéril que está sendo depositado ali, para não apresentar risco ao lençol
960 freático. E no mais a gente entende que esse processo de recomposição
961 topográfica, com preenchimento da cava, é um dos processos
962 ecologicamente mais corretos e mais seguros hoje em dia. Caso ainda
963 não esteja no projeto da Vale, após esse processo, se aprovados, seja
964 estudado um projeto de reflorestamento da área, se possível. São essas
965 as minhas considerações. Obrigado.”. O Presidente Yuri Rafael de
966 Oliveira Trovão: “Ressalto que quando a gente recebe as críticas e
967 quando é necessário a gente também faz as nossas críticas. Mas, eu
968 quero parabéns o senhor, assim como o Tobias e o Paganini pela
969 sensatez, como os senhores têm conduzido os trabalhos das
970 organizações não governamentais, as quais dirigem em relação aos
971 processos de licenciamento ambiental, como o Senhor está fazendo
972 nesse momento, como o José Ângelo faz e como o Tobias o faz também.”.
973 Na sequência passa a palavra ao conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira
974 (Codemig): “Eu olhei novamente o parecer, pois havia pensado que nas
975 conclusões não estava sugerindo pelo ‘Deferimento’. Mas na capa consta
976 somente um resumo. O parecer está correto! É só para registrar.”. O
977 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra à inscrita Maria
978 Teresa Freitas Corujo: “Eu me inscrevi porque eu fiquei muito preocupada
979 com esse processo de licenciamento, principalmente quando eu percebi
980 que foi acatado o pedido da Vale para ser uma licença ambiental
981 simplificada. Eu já me manifestei em Assuntos Gerais, o entendimento do
982 que foi violado, o princípio da ‘publicidade’ e da participação social. Eu
983 lembro a todos que além dos outros mecanismos legais, a própria DN nº

984 217, no seu artigo primeiro, fala que o licenciamento ambiental deve
985 assegurar a participação pública, a transparência, o controle social e aí
986 vem também a questão do endereço público, da celeridade e economia
987 processual, a prevenção do dano ambiental e análise integrada. Por que
988 estou fazendo isso aqui, agora? Como eu falei, vou lembrar a
989 comunicação desse processo de licenciamento deu entrada neste mês de
990 janeiro de 2022. Foi 3 dias antes da convocação desta reunião e foi há
991 13 dias. Não há como a sociedade civil, qualquer pessoa consiga
992 acompanhar esse processo. E como eu falei, eu vi que o relatório que
993 embasou a licença ambiental simplificada tem 812 páginas e tem as
994 questões técnicas que nós não conseguimos olhar nesse prazo. Então,
995 quando foi falado pelo representante da ProMutuca que a sociedade de
996 hoje, ao assistir, vamos supor, se houver a apresentação da Vale, a
997 sociedade não teve nem chance de olhar os documentos antes, para
998 poder se inscrever ou querer mesmo que se inscrevesse, para poder fazer
999 considerações. Porque o ritmo célere impede a participação da
1000 sociedade, com consistência, com possibilidade de fazer
1001 questionamentos, inclusive as questões apresentadas, técnicas. Então,
1002 basicamente, o que eu quero reafirmar é que, entendo gravíssimo.
1003 Entendo que o órgão ambiental poderia ter feito uso de algo que está
1004 estabelecido em lei e que eu poderia fazer, no caso a DN. Porque no
1005 artigo oitavo, parágrafo quinto, estabelecido na DN o seguinte: o órgão
1006 ambiental competente, quando o critério técnico assim o exigir, poderá
1007 justificadamente, determinar que o licenciamento se proceda em
1008 quaisquer das suas modalidades, independentemente do enquadramento
1009 inicial da atividade ou do empreendimento, observada a necessidade de
1010 apresentação dos estudos ambientais especificamente exigidos e
1011 respeitado o contraditório. Conclusão: nós estamos diante, vou reafirmar
1012 de novo, de uma pilha de rejeitos e estéril, que na realidade a cava já vem
1013 recebendo parte dessa pilha, já vem recebendo rejeitos, inclusive em
1014 polpa, não filtrado, sem poupa, está no próprio parecer único. Estamos
1015 falando de uma pilha que a altura prevista nesse processo de
1016 licenciamento é 229m, se não me engano, estamos falando de mais de
1017 cem milhões de material de estéril/rejeito. Então, um empreendimento,
1018 uma atividade desse porte, ser licenciada, com uma licença ambiental
1019 simplificada, comunicada 3 dias antes da convocação da pauta e a 13
1020 dias, isso significa qualquer impossibilidade da sociedade, das pessoas
1021 interessadas, dos movimentos poderem ter acesso. Porque ter acesso
1022 aos documentos é fundamental! Não é só acesso ao parecer único, é
1023 acesso aos documentos! Poder consultar, poder verificar com alguém que
1024 entenda mais, fazer perguntas para quando chegar uma reunião com uma
1025 de hoje, a sociedade poder chegar já fazer os seus conhecimentos. Foi
1026 inviabilizada a participação da sociedade nesse processo da Vale em

1027 Itabira, que já tem um histórico grave de omissão de informações, de falta
1028 de transparência e quando foi mencionado principalmente pelo Pedro
1029 Lima, que houve uma demanda do comitê popular, foi uma demanda
1030 pensando que as OMGs nesta Câmara poderiam realmente fazer esse
1031 papel de pedir vistas, para que o comitê pudesse enviar as suas
1032 considerações para conhecimento desta Câmara. Era essa minha
1033 participação neste item de pauta. É só para esclarecer, é o processo, ele
1034 e ele. A pauta obedeceu aquilo que está previsto no regimento interno.
1035 Não são 10 dias. Antes da reunião, então, não há ilegalidade alguma em
1036 relação a esse ponto. Nós obedecemos de forma sistemática aquilo que
1037 está previsto em lei, lembrando que não é a só esse momento do
1038 interessado em ter acesso ao processo. Quando o processo ele ingressa
1039 no estado, há uma publicação que o processo ele foi formalizado. A
1040 superintendência no site, algo contato de toda a superintendência.
1041 Qualquer interessado pode a qualquer momento solicitar cópias do
1042 processo. Então é o princípio da publicidade está estampada e para
1043 aqueles que querem ter acesso ao processo, assim como uma
1044 participação também aqui nesta reunião.”. O Presidente Yuri Rafael de
1045 Oliveira Trovão esclarece: “A pauta obedeceu ao que está no Regimento
1046 Interno, ou seja, 10 dias antes da reunião. Então, não há ilegalidade
1047 alguma em relação a esse ponto. Nós obedecemos de forma sistemática
1048 aquilo que está previsto em lei. Lembrando que não é só esse momento
1049 do interessado em ter acesso ao processo. Quando o processo ingressa
1050 no Estado, há uma publicação de formalização. No site há o contato de
1051 toda a superintendência. Qualquer interessado pode a qualquer momento
1052 solicitar cópias do processo. Então, o princípio da publicidade está
1053 estampado e para aqueles que querem ter acesso ao processo, assim
1054 como uma participação também aqui nesta reunião.”. Na sequência o
1055 presidente passa a palavra a inscrita Isabel Roquette (Vale): “Presidente
1056 e demais conselheiros, o projeto que está em discussão aqui é uma pilha
1057 de disposição compactada de estéril e rejeito, em uma cava do complexo
1058 Itabira, que teve as suas atividades paralisadas em 2003. Estamos saindo
1059 nessa região, de uma disposição hidráulica para uma disposição
1060 compartilhada de rejeito filtrado e estéril. Assim como em outros sites da
1061 Vale também, buscado em Itabira, buscar ao máximo as áreas não
1062 operacionais, até por falta de redução de áreas mesmo e também para
1063 reduzir as novas intervenções ambientais. E a Vale, nesse contexto, tem
1064 buscado alternativas tanto locacionais como tecnológicas, que venham
1065 ao encontro dessas necessidades. E esse projeto foi desenvolvido dessa
1066 forma foi desenvolvido, buscando essa disposição compartilhada, essa
1067 redução de intervenção é como o objetivo final do fechamento da cava. O
1068 fechamento da estrutura com esse material. É claro que para isso foi todo
1069 feito o projeto os estudos geotécnicos de avaliação de qualidade

superficial subterrânea. Resultado de todo o esforço da equipe com relação aos projetos com todas as RTs apresentadas. Essa pilha foi apresentada no plano de aproveitamento econômico, formalizado na ANM, tem um parecer de aprovação em dezembro de 2010, e nós estamos aqui com uma equipe que consegue responder e tirar todas as dúvidas do projeto. Nós estamos aqui com o gel Cristiano Souza com o Tiago Mazzini, um geólogo responsável pelo cumprimento recursos subterrâneos e com a própria Gabriela Bentes, responsável pela gestão do Termo de Compromisso firmado com o Ministério público e o órgão municipal, mas com a participação da Vale colaborando com o abastecimento do município. E com os demais inscritos.

E fico aqui à disposição para intermediar em caso de necessidade de esclarecimentos. Obrigada Presidente. “O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao inscrito Cristiano Santana Souza (Vale): “Então, bom dia a todos, é vou apresentar para vocês o projeto PDER Cava Cauê. O item da pauta. Eu dividi a apresentação para gente discutir em 4 itens. Arranjo geral da pilha. Dispositivo de segurança e controle. Evolução das investigações geotécnicas e Sequenciamento Construtivo. Começando pelo arranjo geral da pilha, a gente tem uma área total de implantação desse projeto, 244 ha, um volume de disposição de 176.000.000 de m³, a cota máxima de 1125. Altura a partir da elevação 896, 229 m, sendo esse ponto aqui, o platô de estéril mais alto, contrapilhado aqui na PDE Aba Oeste. Altura de berma de 15 m, não é a largura mínima entre bermas de 9 a 15 e o ângulo de face dos taludes de 2, 2H, 1V. Pontos importantes do projeto: uma disposição limitada a 16.000.000 de toneladas por ano. Utilização da barragem CEMIG 1, para contenção de sedimentos, ela fica aqui em baixo, foi mencionado, alguns pontos importantes técnicos ao longo da discussão. Essa disposição aqui não tem nenhuma conexão com as barragens citadas, ela está bastante isolada aqui e o outro ponto é sobre a condição de disposição de rejeito dentro da cava, que eu vou apresentar para vocês. Um outro ponto importante que eu vou apresentar para vocês é quanto a construção dessa pilha. Ela vai ser um aterro compactado quando trolado ela vai crescer como um aterro de barragem compactado com camadas bastante esbeltas, com liberação de verificação de grau de compactação, liberação para receber a próxima camada. Então é um aterro controlado. Não podemos dizer que é uma pilha de estéril jogada de forma é descontrolada. Além desse controle, desse rigor de construção, de terraplenagem, nós temos alguns dispositivos de segurança, medidas de controle. O primeiro é uma drenagem interna robusta. É um tapete drenante aqui na saída da estrutura, que tem mais de 2 m de espessura de material granular transacionado. Dimensionado para eventos pluviométricos extremos conforme as nossas normas, conectado a um canal e esse canal conduz

1113 toda essa parte de drenagem para o dique CEMIG 1, da barragem. Outro
1114 ponto que nós temos é a instrumentação, também robusta, projetada e
1115 calculada com base nas análises numéricas. Com o propósito de permitir
1116 a implantação da estrutura e, principalmente, a operação segura dela.
1117 Então tem várias seções instrumentadas com diferentes tipos de
1118 instrumentos. Piesômetros elétricos, Casa Grande como redundância,
1119 medidores de nível d'água, Marcos topográficos, células de carga para
1120 medição de recalques de aplicação de tensão na base da fundação, né?
1121 Tem até perfil metros em quilômetros, medidor de vazão e poços de
1122 Alívio. E o principal, todos esses instrumentos serão automatizados e
1123 conectados ao CMG, monitorados 24/7, como nós fazemos hoje com as
1124 nossas barragens. O diferencial do projeto foram as investigações
1125 geotécnicas. Nós viemos estudando este projeto desde 2019. Fechamos
1126 uma investigação, uma campanha de sondagem CPT bastante
1127 abrangente, onde foram feitos quase 3.000m de sondagens
1128 hidrogeológicas e sondagens com contexto geomecânico no entorno da
1129 cava. O Mansine, nosso colega vai detalhar um pouco mais o contexto
1130 hidrológico e o resultado dessas sondagens. E a a sondagem
1131 hidrogeológicas vai no intuito de verifica a estabilidade destas paredes da
1132 cava. Eo CPU dentro da cava, nós fizemos e 32 centavos na praia, quase
1133 totalmente 300 m no total e 19 CPTUs na área alagada. Que é a área do
1134 lago. Então, se a gente for ver aqui, hoje, aqui está o ponto de
1135 esgotamento na formação da praia até a cota 8 neve e meia. Que é a cota
1136 licenciada da disposição do rejeito hidráulico dentro da cava. E o lago
1137 está aqui nessa região. Todas estas sondagens são de praia e as
1138 sondagens aqui, e esses CPTUs aqui no lago. Então, colocamos um
1139 equipamento em cima de um barco e fizemos CPU submerso. E qual é o
1140 grande propósito desses CPTUs? Verificar a condição de adensamento
1141 desse rejeito, capacidade de carga e principalmente usar esses dados
1142 nos modelos numéricos, para nos permitir definir qual é a velocidade
1143 construtiva. Nós sabemos que a gente vai construir a pira de forma,
1144 camada a camada, com controle de compactação. Mas, esses CPTUs
1145 aqui nos dá a garantia, no modelo numérico de que a fundação está
1146 robusta e controlada. Para que não tem nenhum problema de
1147 assentamentos diferenciais além do expectado, do previsto e,
1148 principalmente, nenhum tipo de ruptura ou liquefação da base.
1149 Adicionalmente, além das amostras indeformadas dos blocos, em todas
1150 as amostras coletadas nas sondagens, nas valas elas foram
1151 encaminhadas para os laboratórios nacionais e internacionais. Temos
1152 universidades envolvidas em parceria com a gente. Então, temos
1153 amostras no Brasil e fora do Brasil. Fizemos amostras no NDA, fizemos
1154 amostras na universidade do Porto, em Portugal. NDA em um dos
1155 laboratórios mais avançados do mundo, na Noruega. Onde quase 190

1156 amostras foram testadas e caracterizadas. 92 amostras de rejeito
1157 hidráulicos, 55 rejeito filtrado arenoso, filtrado total. E o rejeito arenoso do
1158 Cauê. Em paralelo, nós fizemos o primeiro aterro experimental nos anos
1159 de 19 e 20 e ao longo de 21, final de 21 agora, para esse ano, estamos
1160 terminando o segundo aterro experimental, onde o principal objetivo é
1161 entender como é que esse material se comporta do ponto de vista de
1162 construtibilidade. Obter qual a espessura de camada permitida, a umidade
1163 ótima de compactação. Qual que é o Rolo ideal? Qual é o tempo de ciclo
1164 e qual que é o grau de compactação e índice de vazios, que nos permite
1165 garantir, pelas análises e pela caracterização dos materiais e
1166 construtibilidade, que nós não vamos atingir o comportamento, por
1167 exemplo contrátil do material. E isso nos afasta completamente uma
1168 possibilidade de liquefação. Esse é o grande ponto. Obter parâmetros
1169 para os modelos numéricos e entender a construtibilidade desse material
1170 para que a operação seja feita de forma segura. Então, aqui em baixo
1171 temos os recursos envolvidos, hoje, que estão conduzindo, fechando o
1172 aterro experimental. E no último ponto para concluir, a nossa projetista é
1173 a Tractibel, nós temos envolvido aí desde 19 um design review, que é o
1174 DCD, um grupo de consultores de Londres, associado em Imperial
1175 College London, que é uma universidade mundialmente conhecida de
1176 zootecnia e engenharia. Ela, vem validando e nos ajudando a revisar essa
1177 engenharia, desde o seu conceitual, desde a primeira etapa de
1178 engenharia conceitual. Entrando num sequenciamento construtivo
1179 significado, acho que vai responder inclusive alguns pontos sobre a parte
1180 do lago e do controle do recalque. Então aqui no início, agora em maio de
1181 2022 a gente está com esse ponto que é a formação da praia. Onde está
1182 pontilhado vermelho gente está fazendo este espigotamento de rejeito
1183 hidráulico. Quando chegar em agosto de 22, a gente faz a mudança do
1184 espigotamento de rejeitos para essa região e já começa a fazer a
1185 construção da primeira etapa do tapete drenante, na saída do ponto de
1186 drenagem, conectando aqui o canal indo lá para o Cemig 1. Faça o
1187 lançamento de estéril rochoso, que não é estéril e franco, que não é
1188 estéril, rochoso, é estéril e franco controlado, bloqueado, como transição de
1189 fundação. Tanto aqui nessa região que a primeira etapa disposição futuro
1190 do rejeito filtrado, como também na parte do dreno de saída. Ocorre a
1191 formação da praia 2, uma vez que a gente já havia mudado o ponto de
1192 espigotamento e esse lago vai sendo cada vez mais depressionado e
1193 reduzido e aqui tem a balsa de captação. Temos a conclusão da execução
1194 da drenagem interna, essa parte verde e o início da operação no ano que
1195 vem do rejeito filtrado nessa primeira área, que é onde já foi depositada a
1196 sua cama de estéril rochoso. Segue com a disposição do estéril nessa
1197 segunda parte do espigotamento e depois faz a conclusão da exposição
1198 do estéril, quando o lago já tiver sido completamente seco. Então a

1199 disposição, ela vai ocorrer na medida que a gente vai pressionando e
1200 reduzindo cada vez mais o espelho d'água. O Thiago vai apresentar o
1201 contexto hidrogeológico. A gente vai ver que o lençol freático está bem
1202 mais abaixo. A preocupação de umidade dentro dos poros, o CPU traz
1203 essa informação para a gente. Então, nos modelos de adensamento e
1204 velocidade construtiva, a gente, consegue verificar qualquer saída de
1205 água dos povos em função do processo de adensamento e nos aproxima
1206 de uma condição de estabilidade e conhecimento da residência da
1207 fundação, para que a gente consiga subir com essa pilha. Fecha a base
1208 de estéril rochoso e depois faz o início do processo de subida da pilha de
1209 disposição de rejeito, camadinha a camadinha, com controle de
1210 compactação e liberação para a próxima camada. Então vai ter toda uma
1211 estrutura no campo, com laboratório dedicado, a geotecnia operacional
1212 tem um manual de operação que tem todos os critérios de controle de
1213 construtibilidade, liberando essa operação diariamente 24/7, a subida da
1214 estrutura. E aqui uma imagem final, de como a gente vislumbra a
1215 reconstrução da região do Cauê. Quando a pilha atingir a sua situação
1216 final. Era isso que eu tinha para apresentar para vocês. Fico à disposição
1217 para qualquer questionamento.”. O Presidente Yuri trovão, agradece a
1218 apresentação: “Agradeço a apresentação, já falei aqui algumas vezes
1219 esse tipo de apresentação visual, para quem não tenha formação em
1220 engenharia, de Minas, Civil, é muito esclarecedora. Principalmente para
1221 aquelas pessoas que são possíveis atingidos, que estão ali na área
1222 diretamente ou indiretamente afetada. Então, vou parabenizar a equipe
1223 da Vale pela apresentação do bastante esclarecedora.”. Na sequência
1224 passa a palavra ao inscrito Thiago Mazzini “Bom dia. Meu nome é Thiago,
1225 eu sou um dos responsáveis da área de Hidrogeologia de Itabira. Então,
1226 a gente vai mostrar para vocês alguns dados, por que anteriormente esse
1227 projeto, como já foi dito, o projeto da PDR Cauê, a gente já faz a
1228 disposição de rejeito hidráulico na cava Cauê, desde 2004, então a gente
1229 tem um histórico mais robusto de monitoramento, da influência da
1230 disposição de rejeitos na cava, com água subterrânea. Então, eu vou
1231 mostrar aqui apenas um histórico para quem não conhece a região.
1232 Então, a Mina do Cauê foi paralisado, o processo de lavra, a retirada do
1233 minério, entre final 2002 e início de 2003 e entre 2003 e 2004, iniciou-se
1234 a disposição de rejeito em cava. Então, a gente pode verificar aqui nas
1235 fotos, o rejeito sendo disposto nessa cava do Cauê. Então, para fazer o
1236 monitoramento hidroquímico, para ver a qualidade de água a gente tem
1237 que, primeiro, fazer a recuperação desse nível. Então, no momento que
1238 eu paraliso as atividades de lavra e vou paralisando sistematicamente
1239 alguns poços de captação para rebaixamento, o nível do aquífero tende a
1240 recuperar. Então, é nesse ponto que a gente está vendo, nessa linha
1241 vermelha, é um monitoramento do nível da água da cava Cauê, ou seja,

1242 dessa região e os instrumentos localizados no entorno da mina que
1243 demonstram claramente a influência, a recuperação do nível da água na
1244 cava, com a elevação do nível da água no entorno. Então, ou seja, quando
1245 eu começo a elevar o nível da água na cava, eu começo a notar
1246 exatamente o mesmo comportamento nos instrumentos, nos pisômetros,
1247 nos indicadores de nível de água, isso mostra que de fato tem um fluxo
1248 de água subterrânea desse ponto, para esse ponto, aqui e um possível
1249 transporte de um hipotético contaminante do rejeito, que também vai
1250 seguir o meso transporte do fluxo da água subterrânea. Esse ponto
1251 localizado um pouco mais jusante da cava, mostra também de fato uma
1252 recuperação do nível, né, menor do que os demais pela proximidade, em
1253 relação a cava. Mas mostra que de fato essa água, então ela está fluindo
1254 daqui do aquífero, para cá. Esse ponto aqui embaixo vai ser importante
1255 também, durante a apresentação, porque esse aqui é o bairro Penha,
1256 cidade de Itabira, onde algumas nascentes começaram a aparecer após
1257 a recuperação do nível d'água, após a recuperação de nascente.
1258 Mostrando claramente a relação da recuperação da nascente com a
1259 recuperação do aquífero. Então, aqui só fazer um corte, e a gente mostra
1260 que durante o rebaixamento da mina, quando a gente estava operando a
1261 mina, você tem que o fluxo da água, ele se dá do aquífero em direção à
1262 cava. É porque eu estou extraindo essa área do arquivo, logo eu estou
1263 criando essa relação, como se fosse rio efluente. No caso, a cava seria
1264 efluente em relação ao aquífero. O aquífero alimenta a cava. Então,
1265 conforme eu vou desligando estes poços e vou elevando o nível d'água,
1266 eu passo a ter essa relação influente, contrária. Então, hoje a cava Cauê,
1267 o nível da água liberada pelo rejeito na cava Cauê, é acima do nível da
1268 água monitorado no aquífero. Então, o que vai acontecer é que a cava
1269 pode alimentar novamente o aquífero. Ou seja, a gente tem essa
1270 alteração na condição do fluxo subterrâneo. Que é esperado e que a
1271 gente pode monitorar na ascensão dos níveis d'água. Então, fora esses
1272 pontos que de monitoramento hidrogeológico, em 2001 a Vale
1273 instalou também mais 12 novos instrumentos para verificar essa elevação
1274 do nível da água. Porque, antes de eu começar a fazer esse
1275 monitoramento hidroquímico, eu devo saber o comportamento da água
1276 subterrânea, o fluxo da água subterrânea. Então, é um dos primeiros
1277 pontos! Como já foi dito anteriormente: o que é o rejeito? O rejeito é
1278 oriundo do beneficiamento de minério de ferro. Então, a Vale fez essa
1279 caracterização do rejeito. Então, a gente faz a primeira, de que tipo de
1280 resíduo é gerado, segundo as normas existentes. Onde, então a gente faz
1281 estudos de lixiviação e solubilização desse material e também é exposto
1282 para verificar, por a 10.004 relacionada à disposição de resíduos,
1283 classificação de resíduos e esses estudos relacionados à possíveis danos
1284 nocivos ao meio ambiente. Então, a gente verifica que o minério de ferro

1285 como é de se esperar, o maior percentual é a sílica, que é aquele que vira
1286 rejeito, porque é o produto. O ferro que a gente acaba de fato perdendo,
1287 para a usina, a gente acaba perdendo, não consegue retomar com 100%
1288 desse minério. Então, a gente tem que os outros minerais que aparecem,
1289 outros elementos que aparecem, um pouco de manganês, óxido de
1290 magnésio e óxido de alumínio. Então, isso é 98, 99% de fato, o que é o
1291 rejeito do minério de ferro. Foi até muito bem citado, anteriormente pelo
1292 senhor Júlio, a questão de arsênio, vamos mostrar também dados aqui
1293 de metais pesados. É que o arsênio vai estar mais nacionalmente ações
1294 de ouro, de arsênio Pirita. O Pirita para cobre, a galena para mineração
1295 de chumbo. Esses são minérios sulfetados, que podem ter mais relação
1296 com o arsênio. Então, se a gente tem o fluxo da água subterrâneo, no
1297 monitoramento hidrogeológico, a gente pode definir alguns pontos para
1298 captar essa água subterrânea e analisar, fazer essas coletas. Então hoje
1299 a gente tem 2 poços aqui, o 2 vocês podem verificar que está exatamente
1300 no mesmo local do 6. O poço 2 está representado aqui, mas ele não existe
1301 mais, mas ele está aqui para gente demonstrar o seu histórico de
1302 monitoramento desde 2004. Esse poço foi paralisado em 2018 e
1303 atualmente a gente perfurou, bem próximo a ele, o poço 6. No mesmo
1304 lugar, onde a gente tem esse acompanhamento. Foi instalado um poço
1305 de monitoramento também próximo daquele instrumento que demonstrou
1306 elevação e a gente monitora também as nascentes, porque é muito
1307 importante. Porque de fato ela mostra essa relação da elevação do nível
1308 da água. Então, aqui a gente tem alguns parâmetros, nós temos todos os
1309 parâmetros com base na Conama 396 e a gente vai mostrar alguns aqui,
1310 até pelo tempo. Então, a gente tem a data desse histórico, então esse
1311 amarelo é o poço 2, a concentração que a gente utilizou de alguns
1312 parâmetros, nesse caso, é o ferro total, 03 é o máximo permitido pela
1313 Conama 396. Esse ponto aqui acima do poço 2, a gente verifica se tratar
1314 de um outlier, que é um ponto de uma gama de outras demais coletas.
1315 Esse ponto aqui em cima, que os senhores estão verificando, ele é do
1316 poço 6, mais recente. Na perfuração de poços, a gente acaba perfurando
1317 com lama, e a broca corta e tritura esse material, o ferro e o manganês
1318 que está na hora disponível. Então, assim é algo muito comum que antes
1319 da gente desenvolver o poço, a gente já tem que fazer uma coleta para
1320 solicitar outorga, o parâmetro ferro/manganês, para que ele fique elevado
1321 momentaneamente. Mas como a gente pode perceber nas demais
1322 campanhas, ele já está abaixo do VMP, como ocorre com os demais
1323 postos de captação. O manganês pelo mesmo motivos, ele teria no início,
1324 em um ponto acima, durante o teste de vazão, depois o poço fica
1325 desligado até a gente obter outorga. No outro ponto ainda acima e agora
1326 a gente já tem todos os pontos, abaixo. Então, isso não significa de forma
1327 alguma uma possível contaminação. Isso é uma coisa extremamente

1328 comum, durante a perfuração do poço, que até a gente desenvolver, ou
1329 seja, deixar apenas água do aquífero entrar no poço e não a lama de
1330 perfuração. Então, por isso que é comum nesse caso, a gente obter esses
1331 dados para ferro manganês, acima. Um outro ponto que a gente tem é o
1332 sódio, que mostra mais essa relação da disposição de rejeito. Se a gente
1333 verificar que o poço 2 está bem próximo ao poço 6, verifica-se que de fato
1334 há uma elevação ao longo do tempo. Esse é o poço 6, poder. A gente
1335 poderia perguntar: mas, será que ao longo prazo, daqui a 20, 50, 100
1336 anos, eu vou chegar a ultrapassar esse limite, que é o preconizado, hoje,
1337 pela Conama 396? E a resposta é definitivamente, não! Porque a
1338 concentração do próprio rejeito, além de você ter a paralização, você para
1339 de ter o aporte de sódio, que não é do rejeito, mas da água utilizada no
1340 beneficiamento. A concentração que a gente tem no rejeito de sódio é
1341 bem abaixo de 200 miligramas por litro. Ela fica em torno de 100
1342 miligramas por litro, ou seja, eu não conseguiria ter uma contaminação
1343 uma fonte, onde a própria fonte tem uma concentração menor do que o
1344 VMP. O nitrato, é outro ponto que a gente também monitora e de fato,
1345 estamos muito longe do valor máximo permitido, inclusive se a gente
1346 observar que os pontos externos, que são superficiais, têm concentração
1347 de nitrato maior do que os poços. O que é comum com uma contaminação
1348 por nitrato, ela pode estar associada a decomposição de matéria
1349 orgânica, que a gente pode ter na superfície do solo, mas em poços
1350 profundos é bem menos significativa. Aqui, a gente colocou até para não
1351 estender muito, mais alguns metais pesados, como o Cádmio, o Cromo e
1352 o Mercúrio, para verificar e também esse histórico mais robusto, desde
1353 2004 de monitoramento e a gente de fato não tem valores que excedam
1354 um ponto aqui novamente, quando se tem uma amostragem muito
1355 grande, de apenas um ponto, ele é considerado um outlier e não uma
1356 concentração acima do VMP. Além desses metais pesados, também
1357 temos outros de Bário, de Cobre e de Zinco. Mas estamos mostrando
1358 alguns deles aqui para apresentação. Um outro ponto, para gente fechar
1359 essa parte hidroquímica, esses que são chamados de diagramas de stiff,
1360 que são muito utilizados para correlacionar águas, então, o que que
1361 significa? Ele é a concentração, em mg equivalente, então a gente tem os
1362 principais ânions, formadores da água e os principais cátions, formadores
1363 da água. Então, quando a gente pega a água com disposição de rejeito,
1364 ela é muito sistemática que ela é uma água bicarbonatada, água sódica.
1365 Quando a gente verifica os poços, que esse poço 4, apresenta uma
1366 mineralização muito inferior, a gente verifica um pontinho a mais de sódio,
1367 assim verificamos no Cauê, que o principal cátion é o sódio, mas nesse
1368 caso o ânion é o sulfato, o que corrobora com os dados hidroquímicos de
1369 mostrar essa leve elevação no parâmetro Sódio. Mas ainda muito, muito
1370 abaixo do preconizado em lei. Então, assim, para a conclusão, a gente

temesses dados desde 2004. A gente implementou inclusive, em outubro de 2019, é um programa sistemático mensal de coleta não apenas nos postos do Cauê, mas todos os postos do complexo, incluindo o Complexo Itabira. E até uma questão da própria resolução do Conama, que ela diz que 'a contaminação é a presença de substância química no ar, água ou solo decorrente de atividade antrópica em concentração de sais que restrinjam a utilização desse recurso ambiental para os usos atual pretendido'. Então, a gente verifica para trás dos dados que não há nenhuma restrição ao uso da água subterrânea, seja para qualquer tipo de uso, desde de irrigação, de recreação e até mesmo o uso mais nobre de abastecimento público ou consumo humano. E um outro ponto que já foi até já me citado pelo Cristiano, nessa hipotética vulnerabilidade do aquífero, em relação à disposição de rejeito, ela teria muito mais relacionada à atual disposição, na cava, onde tenho o contato do rejeito com Aquífero, porque a pilha vai ter o dreno de fundo, o tapete drenante da pilha, que está localizado acima do nível da água do Aquífero. Então, a água que vai infiltrar dessa pilha, parte da água vai sair pela superficial, claro. E a parte dessa água que infiltrar, quando ela chega no tapete drenante, que tem uma permeabilidade muito maior do que a base, que é o próprio rejeito, que já foi depositado, essa água sai pelo dreno de fundo, impossibilitando nova recarga. A gente queria mostrar alguns dados desse importante momento que a gente já realiza aqui no complexo. O Presidente Yuri Trovão: "Agradeço o Thiago. Até deixei de entender um pouco, mas por solicitação por parte dos conselheiros Paganini e Pedro. Mas foi para esclarecer, aqueles que estão acompanhando aqui o julgamento do processo. Agradeço muito obrigado ao Thiago pela manifestação.". Na sequência o presidente chama o próximo inscrito Luís Cláudio de Castro Figueiredo: "Bom dia, sou presidente demais, conselheiros, houve, estamos ouvindo isso? Eu sou um integrante da equipe licenciamento ambiental e vou aproveitar esse meu tempo de inscrição para poder trazer as informações até complementando as informações aí solicitadas pelo conselheiro Paganini com relação às barragens. Um Panorama bem rápido aqui é um resumo sobre a situação. Bom é, atualmente nós temos 15 barragens na em Itabira, no complexo. Sendo que 3 delas estão em nível 1 de emergência. Pontal Borrachudo, 2 e Santana. E mais especificamente, sobre a barragem Santana, afinal de contas, ela está aí na ela faz parte da drenagem da dos canais periféricos da cava Cauê, inclusive onde a gente tem um ponto de monitoramento de qualidade da água, também é mais especificamente sobre ela. Ela está atualmente em uma obra de reforço, com previsão de retirada de emergência no final desse ano. O que ocorreu foi uma erosão na ombreira, causada pela chuva forte no início desse ano e que a gente está lá em fase final de tratamento, com previsão de terminar essa obra

1414 na próxima semana. Agora, retomando a questão da barragem, então já
1415 falei que são 15, entrando nesse ponto da descaracterização. Atualmente,
1416 nós já fizemos a descaracterização de 2 delas o dique do Rio de peixe e
1417 o dique 5 e dentro desse programa de descaracterização, nessa
1418 programação serão ainda descaracterizados os diques 1A e 1B, o dique
1419 Poema e os Diques 2, 3, 4 e dique Milervino e o dique de Cordão Nova
1420 Vista. Então, de uma forma geral eu acho que no intuito de atender essas
1421 informações, seria isso que eu teria para trazer para vocês. Obrigado.”. O
1422 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão volta aos conselheiros com a
1423 palavra o conselheiro Pedro Lima (ProMutuca): “Obrigado Yuri. Primeiro,
1424 eu gostaria de passar para a dona Maria Teresa Corujo, que a ProMutuca
1425 ela está à disposição para representar a sociedade civil. Qualquer um que
1426 queira se manifestar aqui no conselho, né, que é um dos nossos papéis e
1427 que para isso a gente só pede que as pessoas entrem em contato com a
1428 gente com tempo hábil para gente poder discutir junto com essas
1429 pessoas, com os nossos conselheiros, é sobre o processo. Não é chegar
1430 um ou 2 dias antes para impor alguma coisa para a gente. É uma decisão
1431 da ProMutuca e essa decisão pode ser construída sim, junto com a
1432 qualquer ONG, com qualquer pessoa que quiser, estar participando,
1433 contribuindo ou se manifestando a sua opinião. Para facilitar isso, a gente
1434 já conversou na diretoria, nós passaremos a enviar às ONGs interessadas
1435 um e-mail, com a pauta das próximas reuniões para que elas tenham mais
1436 chances de se manifestar, de se inteirar. E o nosso conselheiro, a nossa
1437 diretoria vai estar à disposição para ajudar no acesso aos documentos e
1438 tudo que eles necessitarem. Para a gente evitar essa questão de a
1439 pessoa não entender o processo, não saber o que está acontecendo. Eu
1440 gostaria também de agradecer e elogiar o Cristiano e o Thiago, pelas
1441 apresentações, que foram bem explicativas. É, gostaria de perguntar o
1442 Cristiano sobre a possibilidade do reflorestamento, após o preenchimento
1443 da cava. Isso foi questionado para a gente, solicitado que trouxéssemos
1444 para o conselho e também a solicitar à Gabriela que explanasse de uma
1445 forma menos técnica para o público leigo que está nos assistindo, sobre
1446 o impacto, desse processo no lençol freático e nos recursos hídricos da
1447 região, que a gente também teve. O questionamento sobre esse tipo de
1448 impacto do projeto são, são essas as considerações.”. Presidente Yuri
1449 Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao inscrito Thiago Cristiano
1450 pode responder os questionamentos realizados pelo conselheiro Pedro.
1451 Inscrito Cristiano Santana (Vale): “É obrigado pelas perguntas, obrigado
1452 pelo reconhecimento. Eu vi esse projeto como algumas pessoas
1453 colocarem, como oportunidade para a gente preencher uma cava que já
1454 vem sendo minerada desde a década de 50. O senhor Orsini dever ter
1455 estado lá, naquele momento, lá atrás. E o grande ponto da grande, o
1456 grande ponto positivo desse projeto, seu Pedro é realmente a capacidade

1457 reconstruirmos o morro do Cauê. Então, no plano de crescimento da pilha
1458 de estéril e rejeitos, o reflorestamento, a vegetação e a proteção dos
1459 taludes, seguem concomitantes. É um fechamento progressivo, não
1460 fechamento ao final da estrutura. Isso faz parte de um grande plano que
1461 está fazendo aí de uso futuro, compartilhado com a sociedade de uma
1462 estrutura que tem que ser fechada concomitantemente. E isso até impede
1463 erosões superficiais e realinhamento de sedimentos. É um ótimo ponto
1464 colocado e eu vejo como um ponto positivo do projeto que a gente tem
1465 que conduzir durante a sua operação.”. O Presidente Yuri Rafael de
1466 Oliveira Trovão passa a palavra ao Thiago: “Até para responder o Pedro.
1467 Até agradei pela pergunta que é um tema extremamente importante. De
1468 fato, é uma preocupação de todos, a questão dos recursos hídricos.
1469 Nesse caso, os recursos subterrâneos. Então, o primeiro ponto é que a
1470 gente tem que observar essa questão de que é o rejeito, de minério de
1471 ferro. As vezes a gente costuma associar que o rejeito de minério de ferro
1472 ter metais pesados, que pode ser nocivo à saúde ou ao meio ambiente.
1473 Então, quando a gente faz aqueles ensaios, a gente já coloca, o rejeito
1474 como classe 2, ou seja, é que é não perigoso e não inerte. Por que não
1475 inerte? Porque tem que tem parâmetros, cálcio, magnésio, que podem
1476 solubilizar água, isso é fato. E então quando esse minério é disposto na
1477 cava, vai interagir com a água subterrânea, a gente consegue atrás os
1478 poços instalados de monitoramento de captação, verificar se tem algum
1479 parâmetro que a gente está excedendo, ou seja, que eu deixaria de
1480 possibilitar o uso dessa água para qualquer para qualquer tipo de
1481 finalidade. Para o abastecimento público e o consumo humano que seria
1482 mais importante e é mais restritivo. Inclusive, a gente utiliza os dados mais
1483 restritivos. A gente utiliza os parâmetros e concentrações estabelecidos
1484 pela Conama 396, para consumo humano. A 396 é dividida, consumo
1485 humano, irrigação.... Então a gente utiliza consumo humano, que é o uso
1486 mais nobre. Então, a gente verifica que desde 2004, assim como a gente
1487 verifica nos demais, pessoal, para deixar claro. Não apenas o Cauê, todos
1488 os poços de água subterrânea, instalados no complexo, que fornecem
1489 água ao município. A gente faz esse acompanhamento mensal. Então,
1490 todos os meses a gente verifica todos os parâmetros existentes nessa
1491 Conama 396, que a nossa referência, o nosso guia. Então, todos eles até
1492 hoje apresentam valores abaixo. Alguns outlier, como eu mostrei para os
1493 senhores, as vezes em 90, um ponto acima. E estaticamente ele chega a
1494 ser irrelevante, por isso, é uma outsider, mas com o nosso
1495 monitoramento. Então o que que é contínuo, ele não paralisa ele é
1496 mensal. Inclusive as coletas e campanhas são realizadas por laboratório,
1497 acreditado. Ou seja, o laboratório faz tanta a coleta quanto a análise, todo
1498 o processo acreditado e certificado. A gente não tem de fato nenhum
1499 parâmetro que impossibilite ou que tenha alguma ação danosa para água

1500 subterrânea, para o consumo humano.”. O conselheiro Pedro Lima
 1501 (ProMutuca): “Eu quero te agradecer a exploração, mas uma pergunta
 1502 que eles têm feito para gente solicitar aqui, é que eles falam que estão lá
 1503 em Itabira, está tendo muito problema com falta de água. A gente queria
 1504 saber o impacto da cava atual, quanto do preenchimento dela,
 1505 relacionado com a questão da falta de água. Se vai diminuir essa questão
 1506 da falta de água, se pode correr o risco de aumentar a falta de água. Essa
 1507 que é a pergunta que a sociedade tem feito para gente. A inscrita Gabriela
 1508 Mendes (Vale): “Pedro é boa tarde, não tem nenhuma questão de água
 1509 dos poços que possam interferir nessa quantidade, não. Atualmente a
 1510 gente tem um termo de compromisso em Itabira, a gente fornece 160 litros
 1511 por segundo de água para comunidade. Cem litros de água tratada,
 1512 atendendo as portarias, no anel hidráulico e 60 litros por segundo,
 1513 distribuído em 2 pontos de captação: Areão e Rio de Peixe. Que são para
 1514 tratamento do site então atualmente esse é nosso fornecimento e além
 1515 disso, a gente tem um projeto, rio Tanque, previsto para conclusão em
 1516 2026 e ele está fazendo esse projeto para captar água do Rio tanque, que
 1517 está na distância, mais ou menos de 25 km do município de Itabira e a
 1518 Vale vai construir a captação e a estação de tratamento, também
 1519 convencional, para abastecer a comunidade. E a vazão total são 600l/seg.
 1520 Mas não tem interferência dos postos em redução das ações nem
 1521 contribuição das cavas.”. O conselheiro Pedro Lima (ProMutuca): “Então,
 1522 resumindo, não tem nenhuma ligação desse projeto com o fornecimento
 1523 de água para a população. E pelo que você me falou a Vale já está
 1524 fazendo algum projeto para poder melhorar esta falta de água. Somente
 1525 para ficar claro para os leigos. A inscrita Gabriela Mendes(Vale): “Isso!
 1526 Exatamente, inclusive, os poços que a gente fornece água para o site são
 1527 todos monitorados. Como Thiago falou, a gente acompanha mensalmente
 1528 para mais que exigem monitoramento semestral e a gente faz esse
 1529 controle. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra
 1530 ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): “O Cristiano que
 1531 apresentou o projeto, aborda da cava, aparte superior mais a montante
 1532 da cava, ela tem um contrapilhamento, pelo que eu entendo como forma
 1533 de estabilidade hidrológica. E é um ganho. O Presidente Yuri Rafael de
 1534 Oliveira Trovão passa a palavra ao inscrito Cristiano Santana (Vale): A
 1535 gente fez de sondagens geomecânicas e hidrogeológicas no entorno da
 1536 cava, para poder entender o contexto da parte de baixo ali, que é o topo
 1537 da cava, na cota 900. A aba oeste, que aquele contra pilhamento da pilha
 1538 e aquela parte das paredes. Dentro do próprio projeto, nessas paredes
 1539 tem umas pequenas erosões, que são tipo ravinamentos por chuva, que
 1540 serão reconformados, durante o crescimento da estrutura. Isso está
 1541 correto, a pilha vem ainda mais com um contrapilhamento que ajuda a
 1542 reconformar e trazer mais estabilidade para o contexto geomecânico da

cava do Cauê. Apesar de as paredes estarem estáveis no ponto de vista de estabilidade global, mas o conhecimento do nível da água, o conhecimento do contexto geomecânico, que fazem parte das análises das seções críticas de estabilidade, elas são consideradas inclusive na geometria do próprio projeto. A gente tem que garantir não tenha nenhum tipo de instabilidade, mesmo que abaixo não haja nenhum tipo de lago, com possível geração de material é compactado com o controle. Esse foi um cuidado que nós tivemos um projeto. Então a pilha realmente traz esse conforto para gente, de ser um ganho de segurança no contexto da cava.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao Superintendente Rodrigo Ribas (Suppri): “Ficou somente uma questão só que foi levantada pelo inscrito, em relação à publicação do pedido de licença. Todas outras parecem foram plenamente respondidas pelo empreendedor, até com mais riqueza de detalhes do que consta no processo. Então, eu queria dar uma informação que o relator ambiental simplificado que instrui o processo de licenciamento tem 31 páginas. Nós temos 812 páginas, mesmo relatório, considerando os anexos que fazem parte e que foram apresentados por iniciativa do próprio empreendedor. Como por exemplo, estudos que tratam da influência da disposição de rejeito em cavas, sobre o aquífero em outros casos. Mas não necessariamente precisariam instruir esse processo. Esse processo tem 31 páginas, ele poderia ter sido lido com muita tranquilidade, muita rapidez, com qualquer pessoa tivesse acessado SLA, assim como você, falou a princípio.”. E na sequência passa a palavra à técnica Monike (Suppri): “Bom dia a todos, inicialmente, cabe salientar a respeito da publicação, que todos os processos analisados na Semad se pautam pelos princípios da legalidade e da publicidade. Dessa forma, destacamos que a publicação do pedido dessa licença ambiental simplificada, sempre, deve ser realizada pelo órgão ambiental, no diário oficial. O que ocorreu devidamente no dia 15/01/2022. E em até 20 dias, após a formalização do processo, deve ocorrer esta publicação. Ponto que também foi respeitado aqui, vez que a formalização do processo ocorreu no dia 11/01/2022. Dessa forma, o estabelecido no parágrafo 3º, do art. 30, da DN 217, de 2017, foi devidamente cumprido. Agradeço e permaneço à disposição.”. Superintendente Rodrigo Ribas (Suppri): “Registro que na capa realmente saiu sugestão pelo deferimento/ indeferimento, nós vamos fazer a nova assinatura da capa, e inserir no processo. Não há prejuízo da análise, mas como o conselheiro Eugênio fez o registro, nós vamos fazer a recomposição, encaminharemos para o para o sistema, aí sim, o sistema de decisão, seja qual for a decisão dos conselheiros já com é a capa corrigida.”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão coloca em votação o item 6.1 Vale S.A./CVRD Complexo Minerário de Itabira: **PROCESSO DEFERIDO**. Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese (pelo

chat), Codemig, ANM, Sindextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Ausente: Ibama. **7. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação:** 7.1 Mineração Usiminas S.A. - Cava Musa - Lavra a céu aberto - minério de ferro - Itatiaiuçu/MG - PA/Nº 00066/1984/051/2015 - SEI/Nº 1370.01.0005090/2021-95 - ANMs: 933.980/2010; 831.056/1981; 830.364/1988; 830.373/1978; 815.055/1973 e 831.075/198 - APEF/Nº 005100/2015 - SEI/Nº 1370.01.0009325/2021-16 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Suppri. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (dez) ANOS.** Favoráveis: Segov, Sede, Codemig, ANM, Sindextra, Fiemg, Relictos, SME Abes. Abstenção: ProMutuca, (Justificativa: por não ter tido tempo para analisar o processo). Ausências: Sedese e Ibama. **8. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação:** 8.1 Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. - Barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração - Tapira/MG - PA/SLA/Nº 5079/2021 - Classe 6. Apresentação: Supram TM. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao conselheiro José Ângelo: repete a pergunta por solicitação da representante da Mosaic: “Essa Câmara aprovou aqui uma barragem de rejeitos chamada BR, apesar de já existir tecnologia de tratamento a seco do rejeito de vocês, segundo foi analisado naquele processo. Eu quero saber a diferença entre essas duas barragens. Se esse rejeito que vai para a BL 1 não é o mesmo que vai para BR. É, qual a diferença? Se para esse rejeito também já possuem tecnologia para fazer um tratamento a seco dele. Se há filtragem desse rejeito, para não precisar de utilização de barragens.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra à inscrita Nayana Marques (Mosaic): “Eu sou coordenadora de licenciamentos ambientais. A pergunta é bastante pertinente. É um processo de passou pela CMI, recentemente, em outubro/21. Esclareço que são rejeitos distintos. Hoje, a gente já tem uma tecnologia bem estudada e já estamos com projetos sendo desenvolvidos para disposição de rejeitos grossos, que é o caso da BR, inclusive e que vai ter um potencial bastante positivo de aumento da vida útil da barragem que foi votada a Licença Prévia em outubro/21, mas no caso da barragem de até Amélio, que é a barragem de lama, é o desafio. Mas, a gente permanece estudando foi bastante discutido aqui, durante o item de pauta ‘Assuntos Gerais’, pelo Orsini. As lamas são muito finas e é acaba exigindo um nível de estudo maior, exatamente pela questão do desaguamento em si, quanto também pela possibilidade de empilhamento desses rejeitos muitos finos, para cumprimento dos requisitos geotécnicos. Então, hoje a gente está é desenvolvendo esses estudos, mas não estamos conseguindo obter resultados tão positivos quanto a gente teve para

rejeitos grossos. Mas, a empresa permanece aí nesse esforço em relação a esse tema.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao conselheiro José Ângelo Paganini (Relictos): “Estou entendendo. Segunda fala da Nayana é que o tipo de resíduo é diferente do que é depositado na barragem que já foi aprovada. Não é isso aí? Para esse tipo de resíduos, não existe ainda uma tecnologia disponível para filtrar, é isso mesmo, não tem filtro que contém essa lama?”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão retorna a palavra à inscrita Nayana Marques (Mosaic): “Exato. **Paganini**. Aqui a dificuldade técnica é bem maior, mas a gente permanece no esforço para conseguir esse objetivo de conseguir alternativa tecnológicas possíveis para substituição das barragens.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao Anderson da Supram Triângulo: “Ratificamos as palavras da representante da Mosaic, Nayana Marques. A equipe ratifica o que ela explicou.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: passa a palavra ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): “Pelo que eu li no parecer único, eu entendi, parece que esse rejeito já passa por um processo de separação em uma parte dele vai para filtragem e ele é separado. Agora, a outra parte, como é muito fina, não tem ainda esse tipo de tecnologia disponível para fazer esse prensamento. Então, essa parte ainda é colocada em barragem, mas futuramente, provavelmente vocês devem ter algum outro procedimento, pesquisa em cima disso e dentro da barragem. Só um questionamento: Como ele é muito fino, vai em forma mais pulverizada, distribuída, água tal em suspensão ou vocês usam algum coloide para fazer precipitar ou ele é naturalmente precipitado.”. Inscrita Nayana Marques (Mosaic): “Ao que você comentou realmente, realmente tem uma parte que é uma tecnologia anterior, se não me engano de 2005. Inclusive que esse material é reaproveitado como produto. Que é o nosso ultrafinos realmente, tem esse caso. Já está na nossa rotina, e eu me esqueci de mencionar. A gente conseguiu inclusive utiliza-lo como produto. do para perguntar sobre o coloide, a gente não tem nenhuma utilização, ele é só um processo físico mesmo, não tem adição de nada na barragem.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão coloca em votação o item 8.1 Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.: **PROCESSO DEFERIDO**. Votos favoráveis: Segov (pelo chat), Sede, Sedese (pelo chat), Codemig, Sindiextra, Fiemg, SME e Abes. Abstenção: ANM (Justificativa: “eu não me sinto confortável pois eu faço parte da equipe de fiscalização desta barragem”), Relictos (Justificativa: “eu não me sinto confortável em aprovar alteamento de uma barragem de rejeito”), ProMutuca (Justificativa: “devido ao fato levantado pelo conselheiro Tobias, não nos sentimos confortáveis em votar favoráveis). Ausente: Ibama. **9. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva: 9.1 Indústria de Cal SN Ltda. - Extração de rocha**

para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril, Usina de produção de concreto comum; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Lavras/MG - PA/SLA/Nº 2705/2020 - ANMs 834.652/1995 e 830.474/20003 - Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM. O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao conselheiro José Ângelo Paganini: “O parecer único destaca a presença de loteamentos nas mediações do empreendimento, afirmando que constitui uma falha no planejamento de ocupação do espaço urbano. O estudo dispersão atmosférica recomenda que devem ser realizadas 4 campanhas, no período de 1 ano, para confirmar os resultados apresentados no modelo, considerando a medição de partículas totais, suspensas de material particulado (MP10) em 4 pontos de análises **K, M, O, I e R**. Entretanto, na condicionante número 4, ela fala em realizar o monitoramento da qualidade do ar, se necessário. Conforme estipulado pela conclusão da análise da PMQAR. E a minha dúvida, porque se necessário, se já não, seria conveniente tirar essa expressão: ‘se necessário’, pois tem que realizar o que já foi definido.”. O Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão passa a palavra ao inscrito José Gibran: “Boa tarde a todos, agradeço poder participar dessa reunião. E eu venho aqui a falar aqui com relação a atividade, estão sendo hoje, em pleno 2022, um empreendedor busca, solicita uma licença ambiental, sendo que nós como moradores, eu sou morador daqui, situado na zona mista, consolidada desde 1996, a mais de mais de 30 anos. Entendeu? Então, doravante, pelos pareceres únicos pelo parecer único, eu constatei, a minha formação é Engenheira de Minas, pela UFMG, eu sou engenheiro de Minas, e constatei várias, vamos dizer, indícios sobrepondo as legislações. Nesse caso, eu cito muito a página 23, onde afirma o parecer que há previsão do ultra lançamento definindo uma área de 500 m. Então, nesse ponto, eu venho questionar o seguinte: pode ocorrer o ultra lançamento? A legislação é bem clara com relação a isso e fala que não. A NR 16, que fala sobre relação com explosivos, no item 16.4, cita: não deve ocorrer lançamento de fragmentos de rocha além dos limites de segurança da mina. A ABNT NBR 99653 a guia de avaliação dos efeitos provocados pelos explosivos nas ações em áreas urbanas, no item 4.1, cita ultra lançamento: o ultra lançamento” não deve ocorrer além da área de operação do empreendimento. O artigo 37 do código de mineração rege o seguinte: a área de lavra será a adequada à condução técnica econômica dos trabalhos de extração e beneficiamento, respeitados os limites da área de pesquisa. Então, a área de pesquisa é o limite concedido na poligonal da Agência Nacional De Mineração. Então, com relação a isso, eu solicito que esse parecer seja indeferido, haja visto que coloca em risco a

população da forma que está sendo colocado. A gente não impede a mineração em área urbana. Mas o uso e ocupação do solo em superfície, inclusive aqui no município de Lavras, não se admite, ou seja, é proibido o uso do solo urbano nas zonas mistas, ou seja, nessas locais onde já estão os loteamentos desde 1996. Então é, seria uma é, eu acho que um até uma certa discrepância, se autorizar um distanciamento ambiental em 2022, em uma área urbana, já consolidada desde 1996. Então eu fico preocupado, principalmente porque veja bem, a área definida com relação a esse limite de 500m torna-se a maior do que a área de influência direta definida no EIA Rima. Ou seja, então, o que que está acontecendo? Ao conceder essa licença, pode ocorrer o ultra lançamento, porque estaria dentro das 500m, que além de ser acima da área de influência direta, extrapola o limite da poligonal, concedida pela Agência Nacional de Mineração. Então, nós temos um representante da Agência Nacional que pode muito bem esclarecer sobre isso. Porque vai sair do limite da poligonal. Ou seja, podem se permitir, pode cair uma perda ou alguma coisa numa pessoa há quase 500 m. Sendo que pela pelas figuras tanto da página 5, quanto da página 11, nota-se que os loteamentos estão a 200 e poucos metros. Então, ao se lançar 500 m, qual a responsabilidade civil e criminal da Supram em relação essa população? Vai ter que ser retirada toda vez que vou fazer um desmonte? Então, eu acredito o seguinte, o plano de desmonte plano não pode ser esse, conforme está no parecer único. Porque põe em risco a população ou então toda vez que for realizado um desmonte, terá que ser retirado quase 5.000 habitantes, que moram no entorno, para uma área segura, para que possa ser realizado o desmonte de rocha. Então, eu entendo que esse parecer deve ser indefinido de plano, principalmente por pelo não cumprimento das legislações, tanto da Agência Nacional De Mineração, como das normas ABNT como das normas reguladoras da mineração. No mais, agradeço, entendeu? Me expondo que eu acho que é, torna-se difícil a se aceitar a gente morando aqui há mais de 30 anos, um licenciamento sobre a gente, feito dessa forma absurda na minha opinião, no meu contexto. Eu acho que a mineração é importante. É, mas se não pode usar o ser humano, que tenha lavra subterrânea, que tenha outro tipo de desmonte, um pouco mais expansiva. Qualquer forma, mas dessa forma que está proposto nesse parecer, está colocando em risco a população do município. Eu acho que eu tenho que ser contra essa situação. Espero que o pessoal do conselho seja comparecente com o meu relato.”. O Presidente Yuri Trovão passa ao conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende (ANM): “O senhor Gibran falou sobre a manifestação do conselheiro da ANM, é bom a gente prestar alguns esclarecimentos aí. Na questão técnica que a gente está no papel aqui, não de avaliar o processo tecnicamente, mas como representantes da sociedade, essa

coisa toda. A minha formação não é engenharia de Minas na ANM, hoje eu trabalho com barragens, eu sou Engenheiro Civil, especialista em segurança de barragens. Mas é o que ele levantou, alguns pontos são pertinentes. Em uma época, no questão ambiental, a gente estava analisando o ultralancamento (projeção de fragmentos de rochas de qualquer tamanho a elevadas distâncias). O Senhor Gibran diz assim, que tem um limite de 200 e o projeto coloca 500m, isso chega a ser preocupante. Então, eu acho que a equipe técnica, tanto da Supram, quanto da empresa que deve estar representada, deveria esclarecer essas dúvidas que foi levantado pelo Gibran. Para que os conselheiros tenham mais condição de julgarem, na verdade. E eu gostaria de ouvir a opinião do Doutor Orsini sobre o em que se foi falado, porque ele tem expertise nesse tipo de coisa.”. O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao conselheiro Carlos Eduardo Orsini (SME): “O que a gente tem que ver exatamente, é isso que o Gibran falou. Se isso tem fundamento eu acredito que esses aspectos, deveriam ser avaliados também, viu Luiz Henrique, pela equipe da Supram de Varginha (SM). Eu gostaria também de ouvi-los para verificar que tipo de problema que há entre a população e a área urbana, com relação **ao próprio funcionamento** dessa jazida de brita. Então, a gente aqui por aqui não tem muito jeito de fazer uma análise mais adequada, pelo menos o que eu pude ver no Parecer único. Não teria grandes problemas, mas foi levantado pelo Gibran, acredito que mereceria uma pontuação da equipe da Supram Sul de Minas. É esse o meu posicionamento.”. O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao conselheiro Pedro Lima (ProMutica): “O Yuri com base no depoimento do Gibran e nas ponderações do Orsini, eu não sei se cabe aqui, pois é a minha primeira vez que o conselho, mas eu gostaria de sugerir, talvez o adiamento dessa votação, desse processo, para os conselheiros avaliarem essa questão aí da do impacto na população dos e dos riscos do estilhaço atingirem da região.”. O Presidente Yuri Trovão toma a palavra: “Pedro, a questão é o seguinte, esse pedido aí seria uma diligência, e a diligência é quando um conselheiro ele solicita alguma informação que não pode ser prestada, temos o conceito no Regimento Interno da Deliberação Copam nº 177/2012, quando o conselheiro solicita em manifestação, uma informação do órgão ambiental e o órgão ambiental não pode prestar a informação no momento da reunião. Então, nesse caso, baixa-se o processo em diligência para sanar essa dúvida, trazendo ele posteriormente. Como a equipe da sua Supram Sul ainda não se manifestou em que pese a sua solicitação, vamos primeiro ouvir a equipe da Supram Sul. Porque para baixar em diligência ou retirada de pauta, precisamos ter uma utilidade nisso. Por exemplo, vamos supor, baixa o processo em diligência. Então a equipe da Suprem Sul diz: não adianta, porque a informação já tem, a informação é essa. Se ele tirar

1801 esse processo de pauta, a informação que vou trazer é a mesma que nós
1802 temos aqui neste momento. Então, eu vou aguardar a manifestação da
1803 equipe da Supram Sul, para depois tomar essa decisão. Lembrando que
1804 a baixa em diligência ou a a retirada de ponto de pauta é uma
1805 discricionariedade do presidente, mas eu sempre faço, mediante
1806 solicitação do conselheiro, e desde que amparada na possibilidade, na
1807 avaliação da equipe que fez a análise do processo de licenciamento
1808 ambiental.”. O Presidente Yuri Trovão passa a palavra ao Conselheiro
1809 Paulo Eugênio de Oliveira (Codemig): “É só porque eu vi no Parecer aqui,
1810 que tem alguns itens que se pode utilizar desmonte a frio, que não produz
1811 ruído e não gera fragmentos e lá na frente ele fala do desmonte. Na figura
1812 11, ele **mostra** uma linha branca, sabe? Eu estava me perguntando se
1813 essa linha branca não deveria ser uma faixa branca. Falando que naquele
1814 lugar ali não poderia ter gente passando. Como o pessoal vai esclarecer
1815 sobre o desmonte, com certeza eles vão falar sobre isso.”. O Presidente
1816 Yuri Trovão passa a palavra inscrito Ricardo Penna: “Boa tarde! Sobre a
1817 figura 11, eu queria esclarecer que a linha em amarelo é uma distância
1818 segura. Antes de falar dessas, e eu queria dizer que nós chegamos, nós,
1819 qualquer empresa que nós contratamos chegou nessas instâncias. Isso
1820 foi realizado modelamento matemático, baseado nas cargas por esferas
1821 de histórico de muitas detonações que já foram realizadas na empresa,
1822 baseado nessas cargas por esferas existentes, foi feito o modelamento
1823 matemático que definiu esses raios de proteção que estão na figura 11.
1824 Bem, o primeiro raio em amarelo foi definido no parecer, com uma
1825 distância segura. Eu interpreto dentro desses 130m de raio, importante
1826 ressaltar que, esses 130m terem sido medidos do centro da cava e não
1827 dos limites do empreendimento. Então esses 130m seriam uma distância
1828 segura que a gente interpreta para uma área totalmente segura, está fora
1829 dela, obviamente. 500 m medidos do centro da cava, seria o limite definido
1830 pelo modelamento matemático para os outros lançamentos. E a gente
1831 observa na figura, ao contrário do que o senhor Gibran falou, que elas não
1832 atingem os 500 metros, não atinge nenhum, nenhuma moradia, chega no
1833 limite, mas não atinge nenhuma moradia. E os 800 metros referem-se a
1834 um monitoramento remoto. A questão de ultra lançamento, senhores
1835 conselheiros e conselheiras, a indústria de Cal SN apresentou no
1836 EIA/RIMA, mais de 50 monitoramentos de desmontes realizados, se não
1837 me falha a memória, desde 2007 ou 2017, eu não me recordo agora. Mas,
1838 o fato é que de todos esses desmontes monitorados, não houve sequer
1839 um ultra lançamento durante todo esse período. O Que eu tinha para
1840 dizer sobre isso, por enquanto é isso. Eu me coloco à disposição do
1841 conselho para mais esclarecimentos, caso necessário.”. O Presidente
1842 Yuri Trovão passa a palavra a Ludmila (Supram SM): “Agradecer o
1843 Ricardo. Eu achei que seria importante ele colocar por parte da empresa

1844 essas colocações que são similares às que eu traria aqui também e vou
1845 reiterá-las. Vou voltar ao início da primeira intervenção sobre a questão
1846 da condicionante do monitoramento, foi colocado no parecer realmente,
1847 que é a nossa condicionante padrão sobre o monitoramento da qualidade
1848 do ar, considerando que a responsabilidade desse monitoramento e
1849 acompanhamento é da FEAM, dentro de uma gerência específica da
1850 FEAM que faz o acompanhamento do território de Minas Gerais. Mas,
1851 Supram Sul de Minas não se furta em alterar essa condicionante,
1852 colocando exatamente como está sugerido no corpo do parecer, da
1853 realização desse monitoramento pelo período de 1 ano só para confirmar
1854 esses dados da modelagem, e a partir daí o monitoramento seguiria
1855 conforme a orientação da própria FEAM. A gente não tem nenhuma
1856 restrição com relação a isso. É só pela padronização que a gente tem
1857 buscado entre as Suprams. Que a gente acabou colocando dessa
1858 maneira, mas não tem problema não. Com relação ao lançamento, a
1859 minha argumentação vem bem dentro daquela que foi colocada pelo
1860 Ricardo. Na verdade, toda a documentação das modelagens na verdade,
1861 solicitou várias modelagens para a empresa e essa foi uma delas. E o que
1862 nos foi apresentado é que a segurança e normalmente, a forma que a
1863 empresa opera, fica dentro de 130m. Os 500m seriam uma proteção
1864 especial, exatamente por estar numa zona mista, que a gente acata essa
1865 proteção. Essa solicitação durante as explosões, de não ter gente
1866 transitando, uma comunicação com a comunidade em a empresa
1867 avaliando que os 500m estariam a partir do ponto da explosão que está
1868 sendo realizada naquele momento. Lembrando que a área que a empresa
1869 ocupa hoje, se todos olharem a imagem e puderem observar a ADA da
1870 empresa, pelo que nos foi informado, as principais detonações ainda vão
1871 acontecer por um bom tempo ao fundo da imagem da cava, mais para
1872 cima da imagem, quando a gente pode observar o que deixa mais distante
1873 da comunidade do entorno, a área das explosões. Então seria uma
1874 precaução, uma vez que a gente teve vários questionamentos durante a
1875 audiência pública sobre a segurança do entorno. Essa questão da adoção
1876 dos procedimentos de não transitar desses 500m, quando das
1877 detonações. Lembrando que, de acordo com o estudo, Ricardo me corrija
1878 se eu tiver errada, mas são 2 detonações por mês, previstas na
1879 exploração da Cal SN. Tem mais alguma coisa que eu deixei passar
1880 Presidente? Eu acho que respondi tudo. Só para finalizar, com relação a
1881 fala do senhor Gibran, a gente entende que a área de influência direta do
1882 empreendimento foi devidamente estudada até além dela, lembrando que
1883 a área de influência é uma área determinada no estudo. Ela não é
1884 estanque, ela é determinada no estudo por um somatório de
1885 questionamentos, inclusive as modelagens que foram realizadas e todas
1886 elas mostraram que a área de influência determinada no estudo está de

1887 acordo com toda a legislação do que se preconiza, como área de
1888 influência direta do empreendimento. Então, eu não vejo necessidade de
1889 revê-la não. A Supram Sul de Minas, só para concluir, presidente, ela está
1890 de acordo com a alteração prevista na condicionante e aí o senhor prefere
1891 que eu já faça aqui uma redação para a gente colocar ou a gente só
1892 informa que vai trazer, conforme está no texto para condicionante, a gente
1893 pode votar, e eu faço a alteração do parecer assim que concluir a reunião.
1894 O Presidente Yuri Trovão sugere à Ludmila que realize a redação da
1895 condicionante a ser alterada e na sequência lê uma pergunta do
1896 conselheiro Paulo, no chat: “E quanto ao avanço da urbanização? Os
1897 lotes estão no limite da linha laranja, algum cuidado vai ser tomado?”. Na
1898 sequência a Ludmila (Supram SM): “Conselheiro, a gente tem entrado, na
1899 verdade, existe um contato muito próximo com a prefeitura de Lavras
1900 desde o início do processo, não só com eles, mas com o Ministério Público
1901 também. A gente entende que houve uma questão relacionada à
1902 urbanização da ocupação urbana no entorno da Cal SN, que já existe
1903 desde 1992, já opera desde 1992 então, toda essa distribuição da
1904 urbanização, já está sendo e vem sendo discutida com a prefeitura de
1905 Lavras, que autorizou tantos os lotes quanto a operação da Cal SN, por
1906 meio das suas declarações. É importante ressaltar que a informação que
1907 a Supram Sul de Minas tem é que os lotes, neste momento, são
1908 embargados. Então a gente fez algumas orientações com relação à
1909 ocupação desses lotes, e já me coloquei a disposição do Codema de
1910 Lavras para fazer uma explanação dos resultados todos que a gente teve
1911 nesse parecer, para auxiliá-los na tomada de decisão, com relação a esta
1912 ocupação no entorno. Consta no processo, por óbvio, a declaração de
1913 conformidade do município.”. O Presidente Yuri Trovão passa a palavra
1914 ao conselheiro Carlos Eduardo Orsini (SME): “Presidente, eu fiquei de me
1915 pronunciar após ouvir a explanação da Supram Sul de Minas, na pessoa
1916 da Dra. Ludmila e eu estou convencido que é o seguinte: se trata de uma
1917 LOC, uma Licença de Operação Corretiva, baseada num segmento que
1918 é um LAS /RAS. Pela própria característica que eles já vinham fazendo
1919 da operação e daí para frente. Então eu não vejo, até respondendo ao
1920 meu colega Luiz Henrique, eu me sinto extremamente confortável em
1921 aprovar isso. Eu acho que a posição e as considerações colocadas pela
1922 Ludmila, para mim são muito sérias, são sérias, são contundentes com a
1923 realidade. Eu não conheço detalhadamente a região não, mas imagino
1924 que nós temos sempre esse conflito das chamadas expansões urbanas
1925 em cima de minerações antigas. Então essa convivência eu acho que,
1926 inclusive pelos aspectos que foram salientados, esta convivência parece
1927 extremamente adequada. Eu não vejo nenhum problema a mais em votar
1928 isso não. Para mim está muito claro e perfeitamente ponderado pela
1929 Supram Sul de Minas. ”. O Presidente Yuri Trovão coloca o item 9.1

1930 Indústria de Cal SN Ltda. - Extração de rocha para produção de britas em
 1931 votação: **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ)**
 1932 **ANOS.** Votos favoráveis: Segov, Sede, Codemig, ANM, Sindiextra,
 1933 Fiemg, Relictos, SME. Abstenção: ProMutuca e Abes (Justificativa:
 1934 ambas não sentem segurança para a população, mesmo não tendo
 1935 acontecido nenhum acidente, ninguém garantiu que não possa
 1936 acontecer). Ausentes: Ibama, Sedese. O Presidente Yuri Trovão coloca
 1937 em votação a alteração da condicionante nº 04 do Anexo I, com o
 1938 seguinte texto: “Em relação as emissões atmosféricas, devem ser
 1939 realizadas 4 (quatro) campanhas, no período de um ano, para confirmar
 1940 os resultados apresentados no modelo, considerando: Medição de PTS e
 1941 MP10; 4 (quatro) pontos de análise, sejam eles: K, M, O e R; ressaltando
 1942 que as datas escolhidas representem a atividade plena da empresa,
 1943 incluindo detonações, beneficiamento e transporte de minério. Prazo: 1
 1944 (um) ano.”. O presidente solicita a manifestação do inscrito, representante
 1945 da empresa Ricardo Penna: “Conselheiros, nós estamos de acordo com
 1946 a alteração do Parecer.”. Votos favoráveis: Segov, Sede, Codemig,
 1947 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME, Abes. Ausentes: Ibama,
 1948 Sedese, ANM. 9.2 Mineração e Comércio de Pedras Mandembe Ltda. -
 1949 Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Estrada para
 1950 transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos
 1951 minerários - Luminárias/MG - PA/Nº 00135/1999/007/2019 - SEI/Nº
 1952 1370.01.0012307/2020-15 - ANM: 831.036/19833 - Classe 4 (conforme
 1953 Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM.
 1954 **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 08 (OITO) ANOS.**
 1955 Favoráveis: Segov, Sede, Codemig, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos,
 1956 SME Abes. Abstenção: ProMutuca, (Justificativa: por não ter tido tempo
 1957 para analisar o processo). Ausências: Sedese e Ibama. O Presidente Yuri
 1958 Trovão coloca a Moção proposta pelo Conselheiro Paganini em
 1959 discussão: “Os conselheiros da Câmara de Atividades Minerárias – CMI,
 1960 do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, em sua 83ª
 1961 Reunião Ordinária, realizada em 28 de janeiro de 2022, às 9h, no
 1962 Município de Belo Horizonte/MG, com fulcro no artigo 19 do Decreto
 1963 46.953, de 23 de fevereiro de 2016 e artigo 5º, inciso IV da Deliberação
 1964 Normativa Copam nº 177 de 22 de agosto de 2012, preocupados com a
 1965 manutenção do Decreto Federal nº 10.935, de 12 de janeiro de 2022, que
 1966 dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes
 1967 no território nacional; e considerando os impactos irreversíveis
 1968 ambientais e ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e
 1969 paisagístico, que podem vir a ocorrer; Considerado a ameaça de
 1970 destruição da biodiversidade nas dos referidos locais; Considerando os
 1971 riscos sanitários na eventual internação indevida entre humanos e os
 1972 animais silvestres que perderam seu habitat natural; ‘ Manifestam repúdio

ao referido decreto e solicitam à Presidência da República a revogação do Decreto Federal nº 10.935, de 12 de janeiro 2022.'.”. **MOÇÃO REPROVADA.** Votos favoráveis à moção: Relictos e ProMutuca. Votos contrários à moção: Sindiextra, Fiemg e SME (Justificativas semelhantes: por entenderem que esse decreto privilegia a técnica e a engenharia na avaliação dos impactos em cavidades). Abstenções à moção: Segov e Codemig, (Justificativas semelhantes: julgam temerário se posicionar sobre algo que está sendo discutido judicialmente) Sedese (Chat), Sede e Abes. (Justificativas semelhantes: o item não estava na pauta e não sentem segurança para se posicionarem), ANM (eu não me aprofundei na matéria, trata-se de um assunto que tem que ser muito bem debatido, além de ser uma postura de Governo Federal e não cabe a mim questionar). Ausente: Ibama. **10. ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

__APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias